

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

BRUNO FRIDMAN SCHWETZ

**ESTRATÉGIAS DE SAÍDA DA POBREZA ATRAVÉS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: AS PERSPECTIVAS DAS ONGS IBASE E CIEDS COMO
ALTERNATIVAS**

Porto Alegre

2017

BRUNO FRIDMAN SCHWETZ

**ESTRATÉGIAS DE SAÍDA DA POBREZA ATRAVÉS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: AS PERSPECTIVAS DAS ONGS IBASE E CIEDS COMO
ALTERNATIVAS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Fridman Schwetz, Bruno

Estratégias de saída da pobreza através de desenvolvimento sustentável: as perspectivas das ONGs Ibase e CIEDS como alternativas / Bruno Fridman Schwetz. -- 2017.

72 f.

Orientador: Eduardo Ernesto Filippi.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Desenvolvimento Sustentável. 2. Pobreza. 3. ONGs. I. Filippi, Eduardo Ernesto, orient. II. Título.

BRUNO FRIDMAN SCHWETZ

**ESTRATÉGIAS DE SAÍDA DA POBREZA ATRAVÉS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: AS PERSPECTIVAS DAS ONGS IBASE E CIEDS COMO
ALTERNATIVAS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi – Orientador
UFRGS

Profa. Dra. Glaucia Angelica Campregher
UFRGS

Prof. Dr. Nilton Pinho de Bem
UFRGS

RESUMO

Desenvolvimento econômico, pobreza e alternativas à economia de mercado são temas recorrentes nos países em desenvolvimento. A desigualdade de oportunidades entre classes sociais e a concentração de renda não parecem solucionadas pelo livre mercado, dominante na economia. O desenvolvimento sustentável aparece então como uma das alternativas à redução da pobreza e diminuição da desigualdade social. As ONGs são importantes expoentes do trabalho de inserção do desenvolvimento sustentável em territórios pobres para sua inclusão na economia, agindo de maneira autônoma ou através de políticas públicas. O objetivo desse trabalho é elucidar no que diz respeito à promoção de um desenvolvimento alternativo ao dominante e sinalizar caminhos de estratégias autônomas e estratégias sustentadas em políticas públicas fundamentadas nos estudos de caso de duas ONGs.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Pobreza. ONGs.

ABSTRACT

Economic development, poverty and alternatives to the market economy are recurring themes in developing countries. The inequality of opportunities between social classes and income concentration does not seem to be solved by the free market, dominant in the economy. Sustainable development then appears as one of the alternatives to reducing poverty and reducing social inequality. NGOs are important exponents of the work of insertion of sustainable development in poor territories for their inclusion in the economy, acting autonomously or through public policies. The objective of this work is to elucidate about an alternative development to the dominant one and to point out ways of autonomous strategies and strategies based on public policies based on the case studies of two NGOs.

Keywords: Sustainable development. Poverty. NGOs.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Objetivos do desenvolvimento sustentável para a agenda 2030 das Nações Unidas	17
Figura 2 – Locais de atuação do Ibase no mundo em 2015.....	35
Figura 3 – Locais de atuação do Ibase no Rio de Janeiro em 2015.....	36
Figura 4 – Resumo do Mapeamento dos grupos criativos da Baixada Fluminense	46
Figura 5 – Metodologia ideológica de trabalho do CIEDS e seus principais eixos de atuação	57
Figura 6 – Pesquisa de opinião sobre percepção dos jovens em relação ao mundo e seu futuro	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição acumulada de indivíduos segundo a sua renda familiar per capita.....	13
Gráfico 2 - Curva de Kuznets	19
Gráfico 3 – Faixa etária média dos membros dos grupos criativos	47
Gráfico 4 – Escolaridade média dos membros dos grupos criativos da Baixada Fluminense.....	48
Gráfico 5 - Origem dos recursos de financiamento do Ibase no ano de 2015.....	52
Gráfico 6 - Origem dos recursos de financiamento do Ibase no ano de 2016.....	52
Gráfico 7 – Quantidade de beneficiários gerais do CIEDS entre 2014 e 2016.....	63
Gráfico 8 - Origem dos recursos de financiamento do CIEDS no ano de 2015	64
Gráfico 9 - Origem dos recursos de financiamento do CIEDS no ano de 2016	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resumo das estimações das elasticidades crescimento-pobreza e desigualdade-pobreza para o Brasil e grupo de regiões	14
Tabela 2 – Divisão de classes de acordo com Thomas Piketty (2014)	20
Tabela 3 – Distribuição da renda advinda do trabalho de acordo com a classe social ..	21
Tabela 4 – Distribuição da renda advinda do capital de acordo com a classe social	21
Tabela 5 – Levantamento de meninos e meninas nas ruas do Rio de Janeiro de acordo com o sexo	42
Tabela 6 – Levantamento de meninos e meninas nas ruas do Rio de Janeiro de acordo com a situação em que se encontrava	42
Tabela 7 – Beneficiários e entidades beneficiadas de acordo com eixo de atuação do Ibase	50
Tabela 8 – Origem dos recursos de financiamento do Ibase no biênio 2015-2016.....	51
Tabela 9 – Abrangência do CIEDS no biênio 2015-2016.....	62
Tabela 10 – Investimentos realizados no CIEDS no biênio 2015-2016.....	63

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUAS NUÂNCIAS	12
2.1	CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	12
2.2	POBREZA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	17
2.3	A OUTRA ECONOMIA	24
3	ESTRATÉGIAS DE SAÍDA DA POBREZA	30
3.1	ESTRATÉGIAS AUTÔNOMAS	33
3.1.1	Ibase	33
3.2	ESTRATÉGIAS SUTENTADAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS.....	52
3.2.1	CIEDS	53
4	CONCLUSÃO.....	66
	REFERÊNCIAS.....	70

1 INTRODUÇÃO

Desenvolvimento econômico tem sido um debate central da contemporaneidade. A relação de identidade com crescimento econômico já não parece mais satisfazer a todos, buscando alternativas ao modelo que vem sendo contestado por contribuir com a concentração de renda e aumento da desigualdade. Entretanto, sendo a ciência econômica um instrumento de compreensão da sociedade e seus agentes de transformação através de modelos, é necessário ir mais afundo no desenvolvimento social para admitir que é necessário um modelo alternativo que atinja os excluídos desse processo e distribua melhor os recursos, gerando maior igualdade de oportunidades entre os indivíduos. As correntes ortodoxa e heterodoxa se deparam então com o dilema: é o crescimento econômico função identidade do desenvolvimento econômico e, caso seja, o livre mercado acomoda os recursos de maneira equitativa entre as camadas sociais?

O crescimento econômico, à medida que aumenta a quantidade de riqueza para o todo, diminui a pobreza de maneira absoluta. Ao mesmo tempo, a riqueza é concentrada gradativamente pelas camadas mais altas da sociedade, resultando numa disparidade maior entre as camadas sociais. Políticas públicas e a intervenção do Estado aparecem como alternativas para interferir, seja com estratégias que incrementem o crescimento econômico ou com estratégias de redução da desigualdade social.

A diminuição da desigualdade social passa pela consternação do futuro da sociedade. Apesar de que no longo prazo “todos estaremos mortos”, para contrariar Keynes, as preocupações com as gerações futuras e a qualidade distributiva dentro da economia surgem como anseio de aumento da qualidade de vida das camadas mais desfavorecidas da sociedade. O desenvolvimento sustentável aparece como alternativa ao desenvolvimento sustentado na economia de mercado e alocação natural dos recursos. Neste sentido, existe uma preocupação maior com a pobreza e a miséria e sua percepção de que esta, apesar de não definir países desenvolvidos e em desenvolvimento, é característica que reflete o *não* desenvolvimento.

Para entender o fenômeno da pobreza, da desigualdade social e de renda e da relação destas com o desenvolvimento econômico, alguns autores se destacam em seus trabalhos, como Kuznets (1955), Piketty (2014), Sen (1999) e Prahalad (2005). A perspectiva de outro modo de produção em um modelo econômico que suceda o capitalismo parece já desconhecida com o mundo acadêmico atual, surgindo alternativas à pobreza que a incluam no processo de desenvolvimento social do capitalismo de maneira mais equitativa e, por que não dizer, mais justa do que a alocação dos recursos realizada pela economia ortodoxa. Nesse sentido, a *outra economia* (CATTANI, 2009) apresenta alternativas a esse modelo no qual a economia solidária possui grande destaque. Sendo esta um modo de produção que se caracteriza pela igualdade (SINGER, 2007), fica a dúvida a respeito de se é essa a alternativa real ao socialismo ou se uma dinâmica social diferenciada inserida no contexto do capitalismo.

Se a economia de mercado não é suficiente para incluir todos em um mesmo patamar de desenvolvimento e é necessária uma ação externa a esta para uma redução nos níveis de pobreza, a quem se deve vincular esse papel? Apesar da discussão sobre a eficiência do Estado como administrador público e da sua responsabilidade para com a qualidade de vida da população, por muitas vezes este não consegue chegar a locais desfavorecidos cuja necessidade de amparo é mais evidente, necessitando de alternativas para um melhor desempenho de suas estratégias. As ONGs apareceram no cenário latino americano como alternativas democráticas e de ampla participação popular, incluindo agentes de transformação social através da cidadania, dando amparo a políticas públicas e também agindo de maneira autônoma no processo de desenvolvimento. No Brasil, destacam-se estratégias de saída da pobreza através de desenvolvimento sustentável sob a tutela de organizações não-governamentais, podendo ter essas instituições caráter autônomo ou sustentado em políticas públicas.

O trabalho a seguir possui a seguinte divisão.: após a introdução à monografia, o segundo capítulo segue trazendo argumentos que definem o referencial teórico a ser seguido, abordando o desenvolvimento econômico, a pobreza e alternativas à economia ortodoxa. O terceiro capítulo elucida estratégias e o caso de duas

organizações não-governamentais do Rio de Janeiro baseadas em desenvolvimento sustentável; uma autônoma e outra sustentada em políticas públicas. Por fim, segue a conclusão.

2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUAS NUÂNCIAS

Antes de qualquer análise, é necessário pré-estabelecer qual a caracterização do escopo de estratégias a serem estudadas. Estratégias de saída da pobreza para grupos sociais, sejam elas de cunho autônomo e independentes ou quase independentes do auxílio de terceiros para sua concretização, ou baseadas em políticas públicas e no apoio de instituições estabelecidas para dar suporte às suas iniciativas, necessitam de uma filosofia de desenvolvimento social e econômico que as sustente.

2.1 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

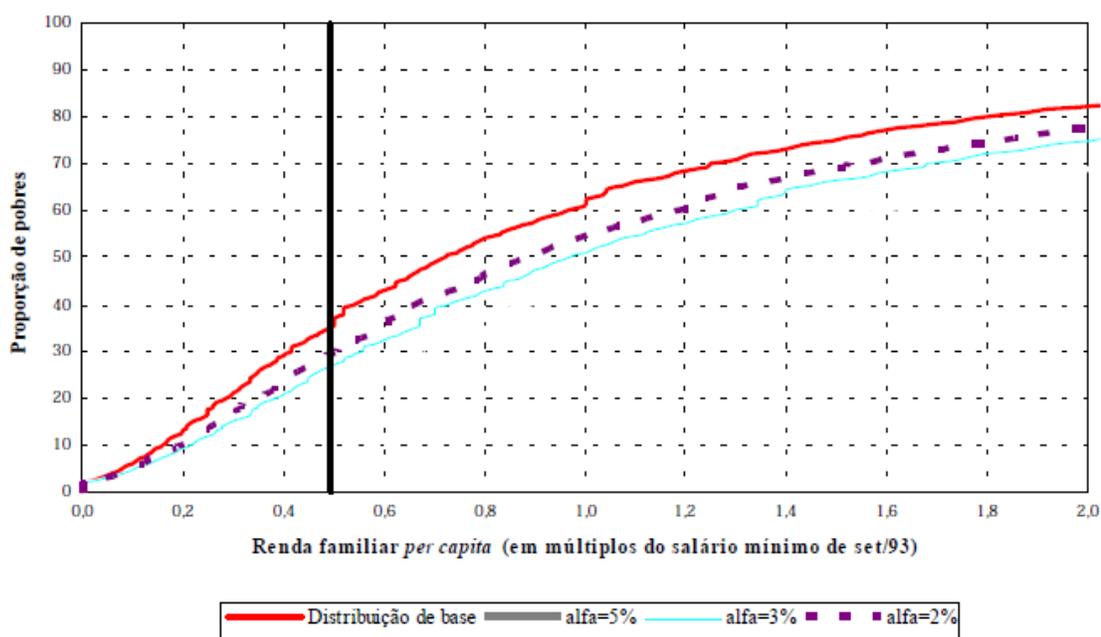
O crescimento econômico de um Estado irradia seus benefícios para os diversos setores e camadas sociais, mas trabalhos recentes vêm demonstrando que esse aumento absoluto na produção não equivale necessariamente a um avanço no aspecto do desenvolvimento social. A concentração de renda, terra e poder afere às elites uma perspectiva de crescimento exponencial sustentado em um sistema onde as grandes massas trabalham e geram valor que não é revertido em seu benefício ou desenvolvimento de suas capacidades, o que proporciona às camadas mais baixas uma fraca tendência de oportunidade para uma ascendência social de curto e médio prazo.

O trabalho de Hoffmann (2006) registra para o período entre 1995 e 2005 o progresso da desigualdade e da renda média na economia do Brasil, constatando uma redução na concentração de renda a partir do início da data pesquisada e um incremento nessa diminuição a partir de 2001. Através da análise da renda média utilizando de uma curva de crescimento-pobreza¹ (KAKWANI; KHANDKER; SON, 2004), o aumento que acontece entre 1997 e 2005 foi de 0,3%, o que seria insignificante para a pesquisa. Entretanto, ao se analisar a renda dos 30% mais pobres, é verificada que a curva cresce para o mesmo período 24,2%, valor que demonstra uma notável significância.

¹ Estimativa baseada na curva de Lorenz, desenvolvida em 1905 para representar a distribuição de renda, na qual é levado em conta variações na renda média da população em geral e do recorte da população a ser analisado.

Sobre a discussão que envolve o crescimento econômico para a diminuição da pobreza, é notado que os objetivos das políticas públicas são centrados no crescimento e na igualdade. O gráfico na sequência revela qual o impacto de níveis de crescimento em relação a diminuição do grau de pobreza em uma década. Enquanto para um crescimento econômico de 2%, a redução da pobreza seria de cinco pontos percentuais, o estímulo de 3% e 5%, respectivamente, obtivera resposta de diminuição de oito e treze pontos percentuais no nível de pobreza (BARROS; MENDONÇA, 1997).

Gráfico 1 - Distribuição acumulada de indivíduos segundo a sua renda familiar per capita



Fonte: Barros e Mendonça, (1997), construído com base nas informações contidas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1993.

Alguns estudos apontam que o impacto do crescimento econômico sobre os níveis de pobreza seria tanto maior quanto menor fosse a desigualdade de renda existente nas economias. Para países desenvolvidos, 10% de aumento no crescimento significariam de 20 a 30% de diminuição da pobreza, enquanto para países em desenvolvimento esse número seria bem menos significativo (BARRETO et al., 2009).

Sendo assim, a atuação daqueles que agem sobre as políticas públicas tem sido na direção de estimular o aumento da renda média da economia (crescimento econômico) ou na redução da desigualdade entre as pessoas. A tabela a seguir indica,

através da análise de elasticidade crescimento-pobreza e desigualdade-pobreza no Brasil, que o aumento do crescimento da renda média é menos impactante que a redução da desigualdade para decréscimo do nível de pobreza.

Tabela 1 - Resumo das estimações das elasticidades crescimento-pobreza e desigualdade-pobreza para o Brasil e grupo de regiões

REGIÕES	Variáveis Dependentes					
	Incidência da Pobreza P(0)		Intensidade da Pobreza P(1)		Severidade da Pobreza P(2)	
	$\ln P(0)$	$\Delta P(0)$	$\ln P(1)$	$\Delta P(1)$	$\ln P(2)$	$\Delta P(2)$
ELASTICIDADE CRESCIMENTO-POBREZA						
BRASIL	-0.88	-0.89	-1.06	-1.09	-1.10	-1.14
NORTE/NORDESTE	-0.71	-0.81	-0.95	-0.98	-1.09	-1.00
SUL/SUDESTE/CO	-1.37	-1.23	-1.69	-1.67	-1.73	-1.75
ELASTICIDADE DESIGUALDADE-POBREZA						
BRASIL	1.70	1.38	2.50	2.44	2.90	2.92
NORTE/NORDESTE	1.12	1.25	1.90	2.33	3.40	2.79
SUL/SUDESTE/CO	2.44	2.00	3.32	3.12	3.80	3.69

Fonte: BARRETO et al., 2009

O desenvolvimento econômico se torna tema mais elucidado principalmente no pós segunda guerra mundial, momento em que a ortodoxia econômica começou a ser mais fortemente combatida. O *mainstream economics* trabalha em cima da teoria de que se existe algum ganho econômico, este crescimento é causa para que ocorra o desenvolvimento, refletido em aumento da qualidade de vida da população. Portanto, para a economia ortodoxa existe uma relação de causa-consequência entre crescimento e desenvolvimento econômico, o que não necessariamente será a melhor alternativa para a redução da pobreza, como visto.

É possível remontar desde à opinião dos clássicos acerca dessa semelhança entre crescimento e desenvolvimento. A divisão do trabalho e a acumulação de capital foram a sustentação para a o progresso material e a riqueza das nações segundo Adam Smith; enquanto os rendimentos da função produção fossem crescentes, o mercado se expandia. A função de produção aparece novamente ao ser analisada a

produtividade marginal decrescente em David Ricardo; ideia de que o desenvolvimento se inicia por terras mais férteis e se expande até as de pior localização e fertilidade. Entre estes, a expansão da produção das nações seria o fator gerador de desenvolvimento econômico.

O *mainstream* trata a reversibilidade natural de crescimento em desenvolvimento econômico e o aceita perante a ótica do livre mercado. Para Fiani (2011), o *mainstream* poderia ser explicado aplicando a lógica da economia de mercado nos países em desenvolvimento para obter as soluções ótimas, ao que o autor chama de “Abordagem dos Mercados”.

Ela representa uma forma particular de se considerar o problema do desenvolvimento, que parte da premissa [...] que, em uma economia organizada em mercados livres, o funcionamento dos mercados é suficiente para levar ao desenvolvimento econômico. (FIANI, 2011)

Enquanto a teoria do equilíbrio geral demonstra o mecanismo da Abordagem dos Mercados baseada na ótica neoclássica e a economia ortodoxa enraíza o mercado como instituição reguladora, o Estado se descaracteriza de suas funções e vira mero coadjuvante na sociedade. A economia heterodoxa abrange as escolas do pensamento econômico não incluídas na ortodoxia e que, portanto, constituem-se de uma presença mais forte de outros aspectos que não o mercado na sua essência, como o Estado, as instituições e a história. Pode-se exemplificar o institucionalismo de Veblen como alternativo a teoria de mercado ao direcionar seu pensamento o qual a aprendizagem, os modelos de comportamento, as crenças comunitárias e o progresso destes fatores concomitantemente são fundamentais para o crescimento ao passo que solidificam instituições e alavancam o desenvolvimento econômico. Este ganha outra conceptualização então que não mais a de condição identidade com crescimento econômico, envolvendo outros recortes da sociedade.

Segundo Souza (2005), é necessário que aconteçam melhorias nos indicadores econômicos e sociais, assim como mudanças estruturais acompanhadas de crescimento econômico contínuo para que se defina desenvolvimento econômico. É um fenômeno de longo prazo e engloba fatores de aumento da qualidade de vida dos membros de uma sociedade. Ainda assim, Souza não especifica em sua definição a

caracterização do crescimento econômico e a sua relação com a distribuição de renda, podendo ele auferir melhores indicadores econômicos e ao mesmo tempo concentrar renda para um pequeno núcleo de indivíduos.

O Relatório Brundtland (1987) conceitua desenvolvimento sustentável como o que “[...] satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.” (BRUTLAND COMISSION, 1987). A partir de então, é inserida uma concepção diferente das relações do ser humano com o meio ambiente, tendo o limite do bem-estar social um teto máximo que seria o reflexo prejudicial nas gerações futuras.

Devido à crescente reivindicação da opinião pública por uma maior atenção à sustentabilidade, a atuação pública passou a levar em conta o desenvolvimento sustentável, incorporando-o a fatores como o crescimento econômico necessário para suprir as demandas da população e políticas sociais de desenvolvimento em países emergentes. O acúmulo de riqueza, ao ser auferido apenas a uma pequena parcela da população, não condiz com a ideia de que o crescimento econômico possui uma chave automática para o caminho da igualdade e da justiça social. O desenvolvimento sustentável leva em consideração a qualidade distributiva do acúmulo de riquezas, preocupando-se com as gerações futuras e dando a devida importância ao meio ambiente e o futuro do planeta. É possível revelar dois principais objetivos então para a corrente desenvolvimentista:

- a) equilibrar o ambiente e a tecnologia em busca da igualdade e da justiça social para uma nação;
- b) associar preservação do meio ambiente e crescimento econômico de maneira a beneficiar os diferentes indivíduos a aumentar a qualidade de vida e o bem-estar social (CARVALHO, 2015).

O vínculo do desenvolvimento social com a sustentabilidade deve abranger temas como a educação, a saúde e a alimentação, a se entender como sendo necessidades básicas para o desenvolvimento de uma população. A participação e conscientização da população também são necessárias a fim de promover o alinhamento das partes interessadas, incorrendo na formulação de objetivos comuns dentre indivíduos de um mesmo núcleo social em conjunto com os objetivos da

administração pública. A preocupação com a escassez dos recursos naturais e o respeito pelo multicultural completam o quadro de aspectos sustentáveis primais.

Nesse sentido, é notável a participação da Nações Unidas como agente da difusão do desenvolvimento sustentável. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), elaborados em 2015 em sua agenda para 2030, são um plano de ação em busca da paz e da erradicação da pobreza, enxergando estes como os principais desafios para o desenvolvimento sustentável. O plano estratégico engloba as dimensões econômica, social e ambiental, buscando respostas em médio prazo para alguns dilemas do século XXI. A imagem a seguir ilustra os objetivos abordados pela instituição.

Figura 1 - Objetivos do desenvolvimento sustentável para a agenda 2030 das Nações Unidas



Fonte: NAÇÕES UNIDAS, 2015

2.2 POBREZA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Como visto no subcapítulo anterior, há divergência acadêmica acerca da relação entre desenvolvimento econômico e crescimento econômico. Uma parte advoga a que o último é condição praticamente suficiente para primeiro, ou seja, a expansão na

economia, em regra, teria como consequência certa o desenvolvimento. Outros discordam: afirmam que o crescimento desempenha papel importante, mas é apenas uma das condições necessárias ao desenvolvimento econômico, sendo crucial identificar as demais. Independentemente de quais são as reais condições do desenvolvimento, a própria existência do conceito permite que uma constatação possa ser inferida: a pobreza é um reflexo do *não*-desenvolvimento.

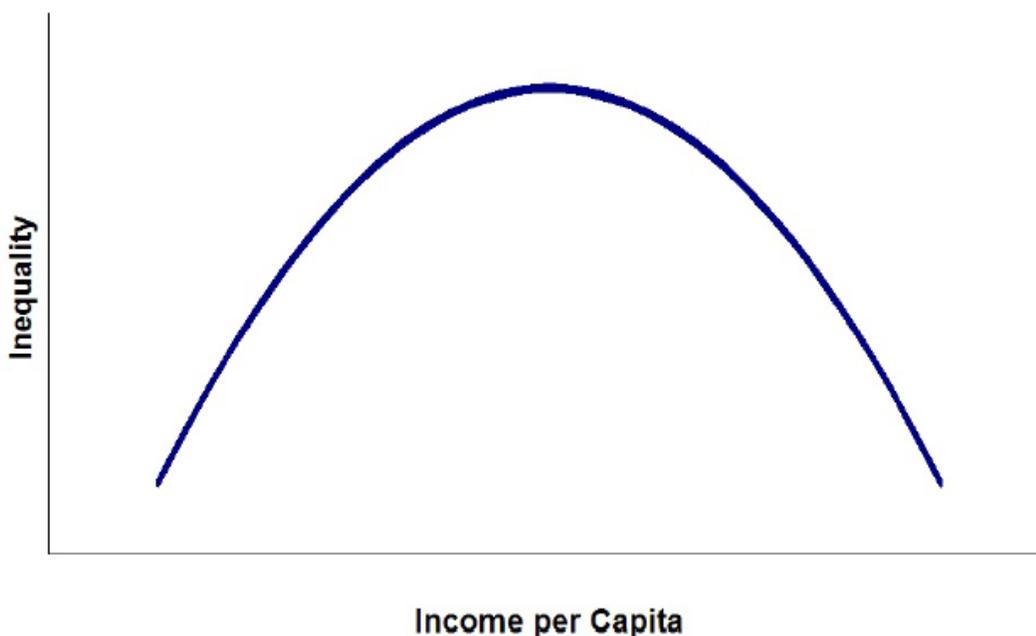
É legítimo, portanto, acreditar que a erradicação da pobreza deva ser premissa para qualquer projeto de desenvolvimento e estar no cerne das políticas públicas, sejam estas políticas propriamente ditas, com ação direta do Estado na economia a fim de criar um cenário favorável a sua extinção, ou a não intervenção do Estado na economia como política de que o mercado se auto gerencie a fim de extingui-la por consequência. Qualquer um dos posicionamentos do Estado quanto a intervenção, a filosofia de que a pobreza deve ser eliminada ocorre segundo a mesma natureza de pensamento.

A Curva de Kuznets, Prêmio Nobel em ciências econômicas em 1971, aponta para o fato de que em economias que estão se desenvolvendo, a desigualdade de renda primeiro aumenta devido as forças de mercado para depois diminuir. A explicação para este evento se dá pelo fato de que o investimento aparece com maior oportunidade para aqueles que possuem renda para investir no processo inicial do desenvolvimento, o que aumentaria a disparidade de renda ainda mais. Ao mesmo tempo, Kuznets revela que a mão-de-obra migraria mais constantemente para as cidades, o que reduziria os salários da classe social mais baixa à medida que sua população é incrementada (KUZNETS, 1955).

Em segunda instância, o autor segue seu argumento de que a industrialização traria um processo chave para o desenvolvimento ao migrar o centro econômico do campo para as cidades e, à medida que sua população aumenta, a desigualdade em algum momento deverá diminuir. Isto ocorreria pois os processos que envolvem a industrialização seriam responsáveis por irradiar seus benefícios para as demais camadas sociais, como a democracia e o bem-estar social, atingindo patamares de crescimento econômico rápido e elevado e aumento da renda per capita total.

A Curva de Kuznets segue a trajetória de um “*U invertido*” como traz a literatura.

Gráfico 2 - Curva de Kuznets



Fonte: KUZNETS, 1955

A crítica à Curva de Kuznets como verdade absoluta aparece em Palma² (2011) ao ser demonstrado que a parte superior do *U Invertido* parece ter sido apagada. O autor examina as disparidades distributivas entre as nações e chega a algumas conclusões principais. Primeiramente, é destacado o fato de que 80% da população mundial se encontra em regiões cujo índice de Gini³ permeia 40. Isto ocorre pelo fato de que grande parte dos países com baixa renda-média (África Subsaariana, Índia, China, Vietnã, entre outros) estão com sua distribuição de renda aproximada de grande parte dos países de média renda-média (Norte da África e Caribe por exemplo, excetuando a América Latina e a África do Sul da comparação).

Em segundo lugar, segue com a constatação de que se os *outliers*⁴ da distribuição de desigualdade de renda são os países de renda média ou ricos, então o

² Professor na Cambridge University, Palma afirma que não há evidências para a Curva de Kuznets

³ O índice de Gini mensura através de uma dispersão estatística o grau de desigualdade de renda entre os países numa medida de 0 a 100, sendo 100 o grau máximo de desigualdade.

⁴ *Outlier* é um ponto observado em uma dispersão estatística que está distante dos outros observados e, portanto, pode ser considerado como não apto para a análise.

lado de cima da curva de U Invertido de Kuznets entre desigualdade e renda per capita realmente desapareceu. Não seria mais possível acreditar que as coisas devessem melhorar depois que o pior passasse.

Sua terceira conclusão é de que existe uma tendência mundial de desigualdade e existem duas forças trabalhando neste sentido:

- a) uma força 'centrífuga' que leva a uma maior diversidade nas nações entre os 10% mais ricos e dos 40% mais pobres;
- b) uma força 'centrípetas' que leva a uma igualdade crescente da distribuição de renda entre os países localizados entre os 50% e 90% mais pobres.

Conclui-se então que são os 10% mais ricos que realmente interferem na parcela dos 40% com renda inferior, tendo as classes medianas uma proporção parecida em sua distribuição. Nas palavras do autor

Half of the world's population (the middle and upper-middle classes) have acquired strong 'property rights' over half of their respective national incomes; the other half, however, is increasingly up for grabs between the very rich and the poor. (PALMA, 2011, p. 2)

Outro autor já renomado, apesar do recente trabalho, que trata a discussão sobre pobreza e desigualdade com devido destaque é Thomas Piketty (2014), autor do best-seller *Capital in the Twnty-First Century*. Piketty utiliza a mesma divisão percentual para classes sociais que Palma (2011), permitindo comparações através do tempo e espaço como revela a Tabela 2, considerando os 10% mais ricos da população fator chave para entender a concentração de renda no mundo.

Tabela 2 – Divisão de classes de acordo com Thomas Pikkety (2014)

População	Definição
10%	Classe Alta
40%	Classe Média
50%	Classe Baixa

Fonte: PIKKETY, 2014

A evolução da desigualdade aparece através de um mecanismo onde a taxa de retorno do capital (r) supera a taxa de crescimento da economia (g), e neste momento a riqueza cresce mais rápido que o produto, aumentando a concentração de renda. Como r varia amplamente de acordo com o tamanho das fortunas e o tipo de ativo, a desigualdade é amplificada. Além disso, a produtividade marginal do capital é maior do que a produtividade marginal do trabalho e, devido ao rápido progresso da tecnologia, incrementa ainda mais a parcela de capital utilizada, apesar de incrementar também a demanda por trabalho.

Piketty segue sua análise apresentando dados de que a renda advinda tanto do capital quanto do trabalho são claramente concentradas pelos 10% mais ricos do planeta, enquanto a renda do capital é claramente mais desigual em sua distribuição do que a do trabalho, conforme as tabelas 3 e 4 demonstram:

Tabela 3 – Distribuição da renda advinda do trabalho de acordo com a classe social⁵

População	Total da renda do trabalho
10%	30%
40%	40%
50%	30%

Fonte: PIKETTY, 2014

Tabela 4 – Distribuição da renda advinda do capital de acordo com a classe social⁶

População	Total da renda do capital
10%	50%
40%	40%
50%	10%

Fonte: PIKETTY, 2014

Por fim, a obra conclui que a desigualdade de renda do capital é ampliada em seu processo histórico e que a principal mudança estrutural ao tratar da distribuição de riqueza entre os países desenvolvidos no século passado foi o aumento da classe média. Mais afundo em suas conclusões, Piketty parece inconformado com a tamanha

⁵ Valores aproximados.

⁶ Valores aproximados.

concentração de renda ao revelar segundo seus dados que 0,1% da população mais rica no mundo consegue dominar o restante de maneira a fazer que a classe média e os pobres sigam acreditando que se encontram em uma situação estável na sociedade (PIKETTY, 2014).

Outro caminho para se discutir pobreza e desenvolvimento é o seguido pelo economista Amartya Sen (Prêmio Nobel de economia em 1998). Difere-se sua análise da de Piketty principalmente por considerar a desigualdade de renda como um dos fatores da pobreza, mas a define como sendo a privação das capacidades e liberdades de um indivíduo. Sendo assim, embora a ação do Estado seja crucial em suas colocações, sua proposta identifica o fator chave do desenvolvimento sendo o próprio indivíduo e a liberdade para suas capacidades. A ação do Estado é voltada para que suas estratégias possam desenvolver as capacidades de sua população a fim de crescer sustentavelmente.

A respeito da relação do desenvolvimento com crescimento econômico, Sen conclui que esse não pode ser meramente reduzido ao acréscimo da renda média per capita ou de rendimentos básicos da população. O aumento da renda pode ser favorável a medida em que expande as liberdades às quais os membros da sociedade estão sujeitos. Entretanto, argumenta que a pobreza é constantemente caracterizada pela supressão das liberdades, dependendo de outros fatores sociais, econômicos e de direitos políticos e civis. Instituições responsáveis pela educação e pela saúde e a liberdade de participar de discussões públicas sobre segurança são exemplos que o autor utiliza para exemplificar outros determinantes aos quais liberdades também dependem.

Existe ainda uma relação muito forte da falta de liberdade com a pobreza econômica dado o fato de que a primeira é responsável muitas vezes por não satisfazer a fome, atingir a nutrição adequada, obter os remédios necessários, se vestir adequadamente ou até mesmo ter acesso ao saneamento básica e água tratada. Para o autor, a discussão sobre desenvolvimento e pobreza requer uma análise mais atenta à privação das liberdades dos indivíduos.

Development requires the removal of major sources of unfreedom: poverty as well as tyranny, poor economic opportunities as well as systematic social

deprivation, neglect of public facilities as well as intolerance or overactivity of repressive states. (SEN, 1999, p. 3)

Outro renomado economista indiano e influente mundialmente na área do empreendedorismo é C. K. Prahalad, autor do livro “A riqueza na base da pirâmide” (2005), no qual discute a condição de inclusão dos pobres ao capitalismo. Prahalad afirma que existe um potencial mercado consumidor de 4 bilhões de pessoas que não são atingidos de maneira eficiente pelo capitalismo. Sua visão acredita que estes sejam consumidores conscientes do valor material e incansáveis empreendedores, podendo ser o futuro resultado da prosperidade econômica mundial. Os países em desenvolvimento (como o Brasil e outros tanto citados em seu texto) possuem um mercado potencial ainda inexistente, porém não suprido de suas necessidades naturais que refletem as mesmas que as classes sociais do topo da pirâmide. Sendo assim, a hipótese trazida pelo autor é a de que o setor privado deveria voltar suas atenções para as camadas mais baixas da sociedade a fim de atender também essas necessidades, transformando o capitalismo em inclusivo.

Para tal, a proposta é que ONG's, grandes empresas e o próprio Estado sejam pilar fundamental para a transformação da pobreza em oportunidade para todos. A ideia é de que se envolvam em parcerias inovadoras em relações de ganha-ganha de maneira sustentável, onde os pobres se favorecem com o produto e o trabalho e as empresas se beneficiam com serviços lucrativos. Além disso, argumenta que uma boa estratégia para diminuir a pobreza pode ser a criação de produtos e serviços que sejam acessíveis as classes mais abaixo na pirâmide, fomentando não só o consumo como também a inovação e o empreendedorismo na base (PRAHALAD, 2005).

A pobreza e seus reflexos na sociedade tomam dimensões que parece imprescindível para uma condição de desenvolvimento a ação de forças externas para atingir o desenvolvimento sustentável em uma esfera nacional. Estratégias para saída de uma condição de pobreza podem ser reflexo tanto da ação autônoma da própria classe social desfavorecida quanto da ação do Estado, auferindo maiores oportunidades para todos. Tendo em vista no subcapítulo 2.1 que o crescimento econômico não transfere automaticamente uma condição de desenvolvimento social e no capítulo 2.2 que a erradicação da pobreza é condição necessária ao

desenvolvimento, alternativas são apresentadas segundo a heterodoxia econômica a fim de solucionar tal problemática.

2.3 A OUTRA ECONOMIA

A pobreza e o desenvolvimento econômico possuem uma antítese que é explícita em suas definições. Torna-se lógico então que estratégias sejam estabelecidas com o intuito de erradicar esta situação estabelecendo ao mesmo tempo a sustentabilidade necessária para uma igualdade de oportunidades mais ampla. Voltando-se primordialmente para a classe social mais desfavorecida, a *outra economia* sugere uma evolução no pensamento desenvolvimentista da economia heterodoxa.

A *outra economia* é aquela que utiliza o material humano e social como alternativa à economia capitalista (CATTANI et al., 2009), podendo englobar a Economia Solidária, a Economia do Trabalho e a Economia Criativa entre outros. Estas práticas não excludentes transformam o meio selvagem da sociedade contemporânea em um ambiente com uma maior igualdade de oportunidades para os diferentes indivíduos em seus diferentes setores.

A autogestão aparece como uma alternativa viável de organização democrática para grupos com fraca coordenação. Neste modelo, assembleias e reuniões são marcadas para debate coletivo, onde através do sufrágio são decididas diretrizes e demandas para os diferentes grupos e setores de trabalho. Representantes podem ser eleitos democraticamente para instâncias decisórias locais e se diferem do restante grupo. A democracia representativa também consiste em atribuir mais valor à opinião da grande massa, o que pode beneficiar o coletivo além do esperado. Neste sentido, constata-se empiricamente que o resultado pode ser positivo ao se utilizar desta corrente democrática em grupos com número limitados de pessoas onde os indivíduos podem se expressar publicamente de maneira eficaz (MOTHÉ, 2009).

A partir dos anos 1990 ainda, o conceito de desenvolvimento local aparece com maior reconhecimento no cenário político-institucional. Define-se este como sendo

[...] o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades,

assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas. (AMARO, 2009, p. 108)

Assim, o desenvolvimento local integra-se ao conceito de autogestão supracitado de maneira a não só estabelecer uma melhor gestão para a grupos e comunidades, mas também ao desenvolver as capacidades dos indivíduos neles inseridos. Neste sentido, o trabalho do prêmio Nobel em economia Amartya Sen (1999) aparece como destaque. A abordagem das capacitações analisa a pobreza como privação das capacidades do ser humano devido a uma variedade de fatores que o colocaram em tal posição social, contrapondo-se à uma fria análise de indicadores de renda que não visam a igualdade de oportunidades senão constrói barreiras sociais, como abordado no subcapítulo anterior. Assim, o desenvolvimento vem acompanhado de uma fuga da pobreza, e a incitação de mecanismos que auxiliem na capacidade autogestiva e autônoma de diferentes comunidades é uma estratégia heterodoxa conveniente frente o modelo atual (PICOLOTTO, 2006).

Por outro aporte, as cooperativas aparecem como uma “associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para prosseguirem as suas necessidades e aspirações comuns, quer económicas, quer sociais, quer culturais, através de uma empresa comum democraticamente controlada.” (NAMORADO, 2009, p. 96). Este elo entre empresas e associações presente nas cooperativas confere não só grau de autonomia para seus indivíduos como os engaja perante um ambiente comum seja de natureza econômica, social ou cultural de uma maneira amplamente democrática. Devido ao fato de o cooperativismo não aderir ao ideal capitalista que é o lucro, este se torna invisível na sociedade como um processo de desenvolvimento, já que não apresenta resultados imediatos, posta essa óptica. (NAMORADO, 2009)

Nesta linha, a economia solidária se integra ao converter a ideia de solidariedade como central, contrastando o utilitarismo individual ao qual é submetida a sociedade capitalista comum. O mercado da maneira como a escola neoclássica o coloca é intransigível a conceitos como o da economia solidária, termo este que começou a ser utilizado no final da década de 1990 para se referir a um conjunto de atividades econômicas realizadas por cidadãos, produtores e consumidores que se utilizavam da cooperação, da autonomia e da gestão democrática para o desenvolvimento local.

Assim, a solidariedade se apresenta através do vínculo social estabelecido entre os membros das iniciativas de economia solidária como o fundamento de suas relações (LAVILLE; GAIGER, 2009).

Mas uma das principais contribuições dos centros de economia solidária se encontra no trabalho com aqueles que são mais necessitados socialmente. Ela se estende aos setores sociais mais carentes via mobilização de trabalhadores desempregados e via serviços assistenciais a pessoas desamparadas. Inserem-se assim indivíduos excluídos socialmente novamente à comunidade e é oferecido serviços antes desconhecidos, como a saúde, a educação e a preservação ambiental. Com o engajamento do indivíduo na comunidade, criam-se espaços públicos de proximidade, locais esses regidos da maneira democrática pré-estabelecida onde é possível administrar a autonomia na qual o sistema representativo se baseia. Portanto, a economia solidária permeia o coração do desenvolvimento social alternativo à ortodoxia de mercado, e nas palavras dos autores

[...] mais que dantes, precisamos de uma economia na qual o desenvolvimento social não seja uma preocupação subsidiária, relegada a mecanismos compensatórios, uma economia cuja lógica intrínseca implique e estimule a cooperação e a reciprocidade, em benefício da equidade e da justiça social. (LAVILLE; GAIGER, 2009, p. 168)

Para Luiz Inácio Gaiger (2004) a economia solidária apresenta na verdade uma resistência alternativa para um outro projeto de sociedade que não está inserido no modelo tradicional capitalista, mas sim na democratização da economia e na cidadania. No Brasil, a mobilização para o incremento de mais iniciativas solidárias parte da forte pressão dos movimentos sociais, complementados pelo sindicalismo e por algumas entidades civis. O autor coloca ainda quatro pontos que definem o *novo campo de práticas solidárias*:

- a) um caráter coletivo na organização do empreendimento, nos processos de trabalho e na posse dos meios de produção. Desta maneira, diminuem-se as relações assalariadas e se provoca um envolvimento com problemas da comunidade e com as suas lutas pela cidadania;

- b) criam-se diversas maneiras representacionais democráticas, como associativas, federações cooperativas, redes de intercâmbio e organizações de fomento;
- c) funções comunitárias na área de saúde, educação, defesa de minorias, preservação ambiental são cumpridas devido à inserção social dos indivíduos. “Tende a rejeitar a separação entre o social e o econômico, a reconciliar a eficiência com a cooperação no trabalho e a estabelecer os fundamentos de uma *socioeconomia*” (GAIGER, 2004, p. 803);
- d) a chamada *economia alternativa* é alinhada a comunidade como um fenômeno maior e que pode abranger setores diversos, sejam estes sociais ou econômicos, e que adentra a uma crítica global generalizada a respeito do sistema econômico capitalista. Assim sendo, uma perspectiva de desenvolvimento humano passa a ser o objetivo a fim de se construir identidades culturais.

A economia solidária representa então para uma parcela social uma capacidade de lutar pela sobrevivência, dando direitos de igualdade de oportunidades e direito a uma dignidade através do trabalho. A dúvida persistente é se em um longo prazo, será a economia solidária capaz de ampliar os setores de seu alcance e de manter uma eficácia em economias de maior escala, mantendo um padrão de qualidade de vida mais elevado e promovendo o desenvolvimento social (GAIGER, 2004).

Mas seria a economia solidária uma nova via para aplicação do socialismo, embora de maneira menos enfática, ou seria apenas um modo de aderir-se ao sistema capitalista de maneira sensível e reflexiva? Para alguns revolucionários remanescentes, chamar economia solidária de *novo socialismo* é um ultraje homérico. Mas a certeza da contribuição social apesar da complacência com o sistema capitalista a abstém de crítica inclusive por parte destes mais radicais.

Um dos principais estudiosos da economia solidária no Brasil é sem dúvidas Paul Singer, que a define como “um modo de produção que se caracteriza pela igualdade” (SINGER, 2007). Confere-se esta igualdade nos direitos, nos meios de produção (de posse coletiva) e na autogestão dos empreendimentos que são administrados pelos próprios trabalhadores de forma democrática. Para o autor, a heterogestão das

empresas tipicamente capitalistas é eficiente apenas sob a óptica de que uns são mais capazes do que outros e, sendo assim, a meritocracia atribuiria poder a um pequeno núcleo concentrador que comandaria os demais de maneira não democrática.

A economia livre de mercado exclui indivíduos deste meio pelo fato da insuficiência de capital para adentrá-lo, o que os torna desamparados na composição social atual. A alienação destes em trabalhos que os menosprezam dificultam o desenvolvimento humano e a aplicação de modelos que os integrariam a sociedade em uma perspectiva de participação e engajamento. A experiência da economia solidária entra em questão então também como uma forma de libertar o trabalhador da alienação diária do local em que vive e o revela para uma comunidade que evolui com sua presença.

Quando os trabalhadores passam alguns anos praticando autogestão, mesmo que algumas vezes o empreendimento vá mal, eles preferem continuar na economia solidária a procurar uma oportunidade de trabalhar numa empresa capitalista. (SINGER, 2004, p. 290)

Em outra esfera, as políticas públicas são entendidas como a ação ou produção dos governos e, portanto, impactam diretamente na sociedade. Estas iniciativas governamentais, sustentadas em planos e programas, em Estados democráticos agem com o viés da cidadania, relacionando esse com a sociedade através do direito. Assim, pode-se entender também como política pública a *não* ação do Estado e, neste sentido, em locais onde a economia de mercado é vigente com uma baixa ação do domínio público, a falta de mobilização do Estado impacta diretamente na concentração e renda.

A economia solidária, recolocando a autogestão na centralidade do sistema organizacional dos empreendimentos, traz à tónica da agenda pública uma luta por direitos e garantia de coesão e proteção social. A década de 1990 e o viés neoliberal das políticas públicas não conferiam auxílio do Estado aos empreendimentos solidários, o que seria prejudicial para o desenvolvimento humano, posto que este impacta imediatamente na sociedade. A economia solidária pode ser utilizada então como uma forma de política pública, ou seja, instrumento do Estado para o desenvolvimento local. Torna-se então um instrumento que depende da iniciativa governamental vigente para sua implementação ou não (SCHIOCHET, 2009).

É compreensível, portanto, que o desenvolvimento social caminha concomitantemente com o desenvolvimento solidário, esse último fomentando novas relações de produção e novas forças produtivas. O crescimento econômico acontece conseqüentemente de uma maneira sustentável, preservando não só o meio ambiente, mas também contribuindo para uma equidade na distribuição desse crescimento para os que se encontram mais marginalizados e não poderiam usufruir do mesmo em uma economia neoliberal. Sendo assim, as diversas manifestações contra a globalização neoliberal revelam novas forças para a implementação de uma *outra economia*, esta dita como alternativa, que impacta no desenvolvimento de uma *outra sociedade*. A nova esquerda sugere então, em resposta aos mais radicais e antigos socialistas que almejavam o final do capitalismo através de uma ação direta do Estado liderado pelos trabalhadores, que a economia solidária aja no interior da economia capitalista a fim de a transformar de dentro para fora, fazendo da sociedade civil mais consciente e engajada nas diversas formas de se expressar, inclusive culturalmente (SINGER, 2004).

3 ESTRATÉGIAS DE SAÍDA DA POBREZA

O capítulo 3 revela duas instituições brasileiras que trabalham direcionadas para uma *outra economia*, desenvolvendo estratégias das mesmas para o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, afim de tornar empíricas as constatações do capítulo 2. A ideia de estratégia na economia implica na necessidade de planejar uma ação ou uma sucessão de ações que atuem focadas em aspectos específicos para sua alteração e futuro desenvolvimento. Sendo um agente transformador da sociedade um indivíduo, uma firma, uma instituição ou até mesmo o Estado, estes são capazes de elaborar, de forma conjunta ou de maneira própria, estratégias que modifiquem um cenário no qual se deseja evoluir. Pode-se dizer que a não atuação de qualquer destes agentes também pode ser considerada uma estratégia, ao passo que delimita o futuro nas mãos do mercado e de sua acomodação como o pensamento clássico, como visto no capítulo anterior.

Estratégias que visam a saída de uma condição de miséria e a erradicação total ou parcial da pobreza são alternativas ao *mainstream* para uma condição que o próprio mercado estabelece ao não estabelecer uma igualdade de oportunidades que promova a distribuição de renda de maneira equitativa. Destaca-se nesse sentido a atuação das ONGs como importantes formuladoras de estratégias para saída da pobreza, atuando em comunidades e regiões excluídas socialmente no intuito de reinseri-las na sociedade.

Na América Latina, o surgimento de novos movimentos sociais nos anos 70 e 80 advêm principalmente da negligência política para demandas sociais e pela falta de justiça social e equidade na economia, fruto da falta de democracia e do anseio de participação civil na política, na economia e na sociedade. Três fatores são dados como desencadeadores do ensejo da participação civil e do surgimento de ONGs na América Latina: a) o contexto de ditaduras militares que negavam a participação de partidos políticos; b) repressões e sanções a sindicatos e outros movimentos de trabalhadores, tornando-os impotentes; c) a falta de envolvimento do Estado em situações da população em geral, não abrangendo muitas vezes as camadas mais baixas da sociedade (JELIN, 1994).

No Brasil, a nova forma de intervenção civil na sociedade apareceu na época como organizações apenas de assistencialismo, muitas vezes vinculadas à religião. Com o passar do tempo, a intenção passou a ser gerenciar um desenvolvimento de longo prazo através de experiências e da multiplicação de novos atores sociais, mas sem a intenção de substituir o Estado e seu papel. A ideia das ONGs na década de 90 passa a ser reinserir a democracia à sociedade, a fim de contrapor o modelo de desenvolvimento proposto pelo Estado focado no mercado por um modelo cujo foco seja o desenvolvimento social através da participação civil, ocupando espaços e trazendo outros aspectos cruciais para um cenário de desenvolvimento sustentável. Os desafios das ONGs no período passam a ser: a) expandir a ação, indo do trabalho em microrregiões para o macro espaço; b) sair de uma situação de clandestinidade ao qual antes se encontravam para uma situação de maior transparência de seu trabalho para a sociedade em geral; c) passar de uma situação de resistente à atuação do Estado e do mercado para ser mais um proponente de desenvolvimento como agente transformador. Ainda na década de 90, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, propunha que as ONGs fossem uma nova forma de distribuir bens e serviços entre a sociedade, atravessando a lógica do capital e do estatal e dando maior poder público à cidadania e a democracia para a atividade política, social, econômica e cultural (TENÓRIO, 2001).

A chamada “ação social transformadora” que representa o papel dessas instituições não faz parte do trabalho do Estado, embora o caráter público seja preponderante, na medida em que tenta sanar problemáticas e criar oportunidades para classes desfavorecidas sem visar o lucro, mas a solidariedade. Assim, é proposto um modelo de transformação estrutural da sociedade sem que a sobrevivência das ONGs dependa do mercado ou de resultados econômicos extraordinários para si.

Os serviços prestados comportam temas como meio ambiente, combate à pobreza, educação, assistência social e desenvolvimento sustentável. Apesar de muitas vezes trabalharem em parceria com o Estado, sua atuação ocorre primordialmente em locais onde o Estado e o mercado não conseguem chegar ou é muito pouco presente. Dentro dessa esfera, o fortalecimento das ONGs e de seus projetos são maneiras de incentivar o desenvolvimento sustentável. Em trecho do livro de Carlos Fico ao se referir

sobre o surgimento do Ibase e das ONGs no Brasil e na América Latina ao longo da década de 70, o autor comenta do papel destas como renovadoras da política nacional.

[...] estava dado o passo inicial no sentido de renovar a política. Já na década de 70, haviam começado a surgir no Brasil e na América Latina o que mais tarde passou a chamar-se organizações não governamentais. O nome era infeliz na medida em que definia pela negação o que era essencialmente afirmativo – ou seja, na definição de Rubem César Fonseca, um tipo de organização particular voltada para produção de bens públicos. Nome à parte, o novo formato de organização da participação ganhou força e não será temerário dizer que se incorporou de vez à nossa prática democrática. (FICO, 1999, p. 13)

Na sequência do trabalho, dois tipos de estratégias serão trabalhados: autônomas e sustentadas e políticas públicas. Cada uma das estratégias é ilustrada através da atuação de uma organização não-governamental na luta para a saída da pobreza. A primeira utiliza instrumentos autônomos, isto é, não é financiada pelo Estado e seus projetos são de cunho próprio, podendo se conectar com outras parcerias na sua atuação em cooperativas, algumas vezes inclusive com parcerias público-privadas. A segunda atua como facilitadora de políticas públicas e seu financiamento advém majoritariamente dos cofres públicos para ação social. O Estado pode ou não estar então vinculado com o desenvolvimento sustentável dentro das áreas de atuação das organizações não-governamentais, dependendo do contexto ao qual está inserido, sendo agente direto e indireto. A instituição pode ser até mesmo contextualizada como instrumento do Estado de economia solidária, como sugerido no subcapítulo 2.3 (SCHIOCHET, 2009). Não se pretende comparar os resultados encontrados e os dados de grandeza entre as instituições pesquisadas, sendo as duas atuantes na mesma direção: o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza em áreas de alcance que a economia de mercado não consegue abranger. A pretensão é de comparar as instituições, seus graus de complexidade, seus eixos de atuação, apresentar seus dados e demonstrar que existem alternativas consideráveis dentro da *outra economia*. Ilustram-se também dados de crescimento interanual das instituições para demonstrar qual a ordem de grandeza de cada uma delas e a proveniência de seu financiamento.

3.1 ESTRATÉGIAS AUTÔNOMAS

Ao trabalhar o conceito de estratégia autônomas, é necessário compreender que não se faz alusão necessariamente a uma divergência de filosofia entre instituições e o governo. Ocorre que a luta contra a pobreza e a erradicação da miséria são objetivos de diversos setores na economia, independente da maneira como se promoverá o desenvolvimento. Entretanto, para alguns grupos sociais, o desvinculo da criação de políticas públicas sustentadas pelo Estado é uma estratégia para manter a possibilidade de se buscar outras formas de recursos e cooperações que facilitem a atuação local e ao mesmo tempo legitime sua autogestão e produção própria.

O Ibase surge no cenário nacional como promotora de estratégias de saída da pobreza sustentada em valores como a autonomia, a autogestão e a economia solidária. Seu surgimento, em contexto de ditadura militar, impossibilitava a instituição de relacionar-se mais fortemente com o governo por seu desacordo ideológico, já que um dos principais pilares do Ibase é a democracia. Com o passar do período militar, a estratégia do Ibase foi a de permanecer com autonomia para realizar suas ações, projetos, fóruns e demais atuações de cidadania no Rio de Janeiro e no Brasil, sendo um exemplo positivo de atuação de estratégias autônomas para saída da pobreza através de desenvolvimento sustentável. Entretanto, ao longo do tempo parcerias com o Estado também foram trabalhadas junto a instituição, que nunca perdeu seu caráter autônomo.

Em 1992 o Ibase assentia que “[...] apesar da apologia da modernidade e do já conhecido discurso do ‘país em desenvolvimento’, somos um país pobre marcado por uma grande concentração de renda provocada por um modelo econômico antidemocrático.” (IBASE, 1992, p. 8) O esforço de estratégias autônomas é tentar diminuir a margem de concentração de renda e de pobreza do modelo antidemocrático social existente sem perder a independência das instituições de promoverem suas ações.

3.1.1 Ibase

Não quero viver obrigado à obediência a nenhuma ideia de nação, pátria, partido, igreja ou grupo. Quero viver de acordo com princípios democráticos fundados na solidariedade, na liberdade, igualdade, participação e diversidade. (SOUZA, 1991, p. 24)

Fundado em 1981, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) se denomina como uma “organização de cidadania ativa”. Sua história evidencia não só o ideal de luta pela erradicação da miséria como é parte integrante do processo de redemocratização da política brasileira. A própria criação do Ibase pelo sociólogo Hebert de Souza, o Betinho, e pelos economistas Carlos Afonso e Marcos Arruda – todos anistiados políticos em contexto de ditadura militar – ocorre com uma afronta ao governo da época, buscando desde o seu princípio autonomia e autogestão como alicerces de seu desenvolvimento institucional.

Ao longo das quatro últimas décadas, a construção de uma sociedade civil diversificada e multicultural tem sido o principal trabalho da organização, utilizando a democracia como modo de transformação desta sociedade. Desta forma, tenta fortalecer a coletividade, suas redes e seus fóruns, garantindo direitos para a sociedade civil e seus sujeitos. O interesse no setor público da economia através da sustentabilidade ocorre mantendo sempre a autonomia de atuação da instituição. Valores como a ética, a igualdade de direitos e a justiça socioambiental ainda aparecem como norteadores da ação pública ao qual o Ibase esta inserido. (IBASE, 2016)

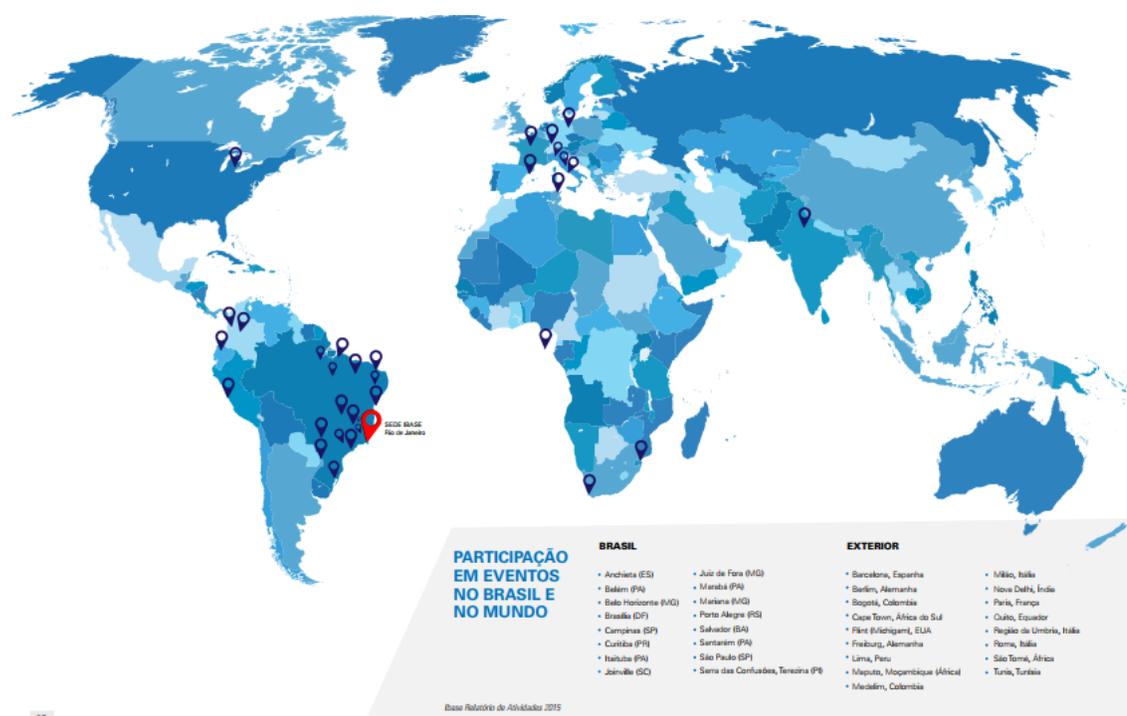
O *International Budget Partnership* (IBP, colaborador da sociedade civil ao redor do mundo através do suporte financeiro e político para redução da pobreza e melhora da qualidade de vida e um dos financiadores de ações do Ibase, define a instituição como

IBASE seeks to build a democratic culture of rights, strengthen the associative fabric of civil society, and broaden citizen participation in policy making. One of the major civil society organizations in Brazil, IBASE's work has involved massive public campaigns on such issues as race, participation, the environment, democracy, and hunger, among others. (IBP, 2011)

A ideia institucional é de que, em longo prazo, seja construída uma sociedade alternativa ao modelo capitalista predatório, a democracia seja instituída como o modelo ativo de civilidade e que a economia seja construída de maneira coletiva e inclusiva.

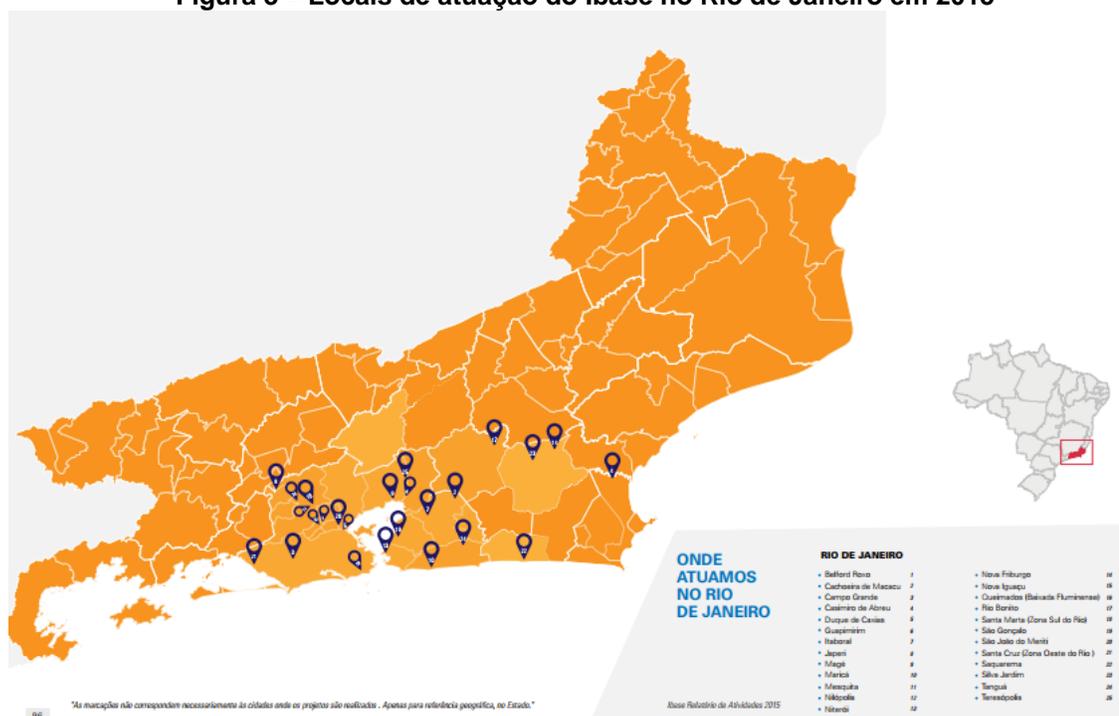
Pata isso, age de acordo com estratégias que desenvolvam a cultura democrática e compartilhada, fortaleçam a diversidade de identidades e organizações e apoiem a cidadania que exerça pressão sobre as autoridades públicas e empresas. Suas ações abrangem o território nacional e internacional, embora seu foco de ação seja o Rio de Janeiro, cidade de sua criação onde raízes estão profundamente estabelecidas com outras organizações e movimentos de solidariedade. Através do desenvolvimento local surge o conceito de irradiação do desenvolvimento, levando seu progresso a outros setores e camadas sociais. Os mapas a seguir, retirados do relatório anual de 2015 do Ibase, ilustram os locais de atuação no mundo e no Rio de Janeiro, respectivamente.

Figura 2 – Locais de atuação do Ibase no mundo em 2015



Fonte: Relatório anual do Ibase, 2015

Figura 3 – Locais de atuação do Ibase no Rio de Janeiro em 2015



Fonte: Relatório anual do Ibase, 2015

Em seu contexto histórico, o Ibase surgiu dividido entre dois objetivos principais: ser agente transformador da sociedade como alternativa a conduta do *mainstream*, agindo em nichos da sociedade onde o mercado acabava excluindo uma parcela da população; e ser referência política para reinserção de anistiados com intenção de retorno a vida ativa que acreditavam no potencial da instituição como mobilizadora civil. O processo de redemocratização nacional está intrínseco na filosofia de partida da organização não-governamental, tendo sido oposição durante o final do período da ditadura militar ao governo ditatorial e participando de diversas mobilizações pró-democráticas, como o movimento das *diretas já* (FICO, 1999).

É impossível dissociar a imagem do Ibase de seu principal líder histórico e idealizador, Herbert de Souza, conhecido popularmente como *Betinho*. O início de sua carreira política se dá ainda nos anos 50, sendo conduzida até os anos 90, período no qual liderou a Campanha contra a Fome. O Ibase era um sonho dele e de seus companheiros sociólogos e economistas, sendo reflexo da luta pessoal de seu líder pela democracia e justiça social. A história brasileira do pós-ditadura se desdobrou em

temas que antes fugiam do debate nacional, os quais Betinho abordou de maneira ativa trazendo importância para assuntos como a erradicação da miséria (FICO, 1999).

Desde seu princípio, chama atenção a autonomia em relação ao Estado pela qual o Ibase vem tratando seus projetos. Surge um dilema então se é possível um agente transformador da sociedade civil sustentado em desenvolver o bem público ser desassociado da ação governamental, afinal ambos estariam direcionando seus esforços no mesmo sentido. Segundo Cândido Grzybowski⁷ (1999) no prefácio de *Ibase: Usina de Ideias e Cidadania*, o Ibase nasceu como um “projeto político-cultural, não partidário e não-confessional, mas intencional em seus esforço para radicalizar a democracia”. No cenário de ditadura militar pelo qual o Brasil passava, a ligação da instituição com o governo parecia inconcebível, resultando numa repulsa ao capital e do apoio do Estado na estratégia do Ibase de desenvolvimento sustentável. Para fortalecer o bem público, a meta era agir diretamente sobre os grupos sociais (FICO, 1999).

O aporte financeiro se deu prioritariamente através de organizações humanitárias internacionais, com destaque para a Holanda, Canadá e os Estados Unidos, principais países contribuintes. Como será verificado, o capital internacional até os dias de hoje é parte extremamente importante na composição do balanço social do Ibase. A ação do Ibase era clara ao priorizar sempre a organização e o desenvolvimento da sociedade na tentativa de renovar a política nacional, aliando-se com outras organizações semelhantes para que o estatismo não as impregna-se. O período foi composto por fenômenos autoritários e oportunos para grandes empresas e companhias e o objetivo era de que a nova mentalidade de autonomia e solidariedade fosse reflexo para outras organizações não-governamentais seguirem o mesmo caminho do Ibase. (FICO, 1999)

Embora financeiramente o Ibase ainda seja independente do Estado para concretização de seus projetos, a história mostra que gradativamente uma cooperação passou a ocorrer entre as duas instituições. O que seria inconcebível pela conjuntura política ditatorial dos primeiros anos de existência da organização, tornou-se plausível e até mesmo benéfico, contornando as características de clientelismo e corporativismo pelas quais o Estado era permeado e o introduzindo a uma lógica de solidariedade para erradicação da pobreza. O Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), instituição

⁷ Cândido Grzybowski é sociólogo e diretor do Ibase desde 1990.

histórica brasileira no aporte ao desenvolvimento, aparece como um dos principais apoiadores às campanhas e projetos do Ibase ao longo do tempo, sendo exemplo dessa evolução da instituição em uma parceria público-privada para erradicação da pobreza. Outros exemplos de parceria do Ibase são: Petrobrás, *World Wide Fund for Nature* (WWF), *Open Society Foundations*, *Rainforest Foundation Norway*, *Ford Foundation*, *Charles Stewart Mott Foundation*, *Heinrich Böll Stiftung Brasil* e *Oxfam Brasil*, demonstrando o caráter internacional recorrente entre os parceiros da organização.

Já a história recente brasileira, depois de um longo período de atuação do Partido dos Trabalhadores (PT) na política nacional, dada a implementação de projetos e programas sociais e econômicos, demonstram um crescimento no número de empregos gerados e de sua formalização, um aumento do salário mínimo e, principalmente, um declínio nos números da pobreza e da desigualdade de renda. Entretanto, a desigualdade estrutural e de distribuição de grandes riquezas não sofreu a evolução desejada. Enquanto o foco nas ações públicas se deu por reverter situações de exclusão social e aumentar a igualdade de oportunidades, a estrutura baseada no crescimento econômico para almejar o desenvolvimento não sofreu grandes alterações. Para esse contexto de desenvolvimento sustentado em crescimento econômico, o Ibase propõe uma alternativa de mensuração para elaboração de estratégias de desenvolvimento sustentável. A proposta envolve indicadores que reflitam o aumento da cidadania nos campos de justiça socioambiental, igualdade entre cidadãos e participação no processo de sustentabilidade em contraproposta aos indicadores atuais de crescimento do PIB nacional, a fim de mensurar outras esferas do desenvolvimento deixadas de lado pelo modelo atual capitalista. A respeito desse modelo, o Ibase é clarividente em sua linha de pensamento, como se pode verificar no protocolo de diretrizes da instituição para o quadriênio 2015-2018.

A sustentabilidade, para ser gestada, implica em enfrentar a dupla face das injustiças do capitalismo: as sociais e as ambientais. A injustiça socioambiental é o modo de ser e de se fazer do capitalismo. Hoje, um desafio central para uma agenda democrática substantiva é repolitizar e radicalizar a crítica ao capitalismo como modelo civilizatório.

Um desafio-chave aqui diz respeito à cultura política, os objetivos difusos do desenvolvimento como ideal. Para uma transformação democrática em vistas

de paradigmas de sustentabilidade com justiça socioambiental é necessário começar por descolonizar e libertar nossos modos de pensar e agir dominados pelo capitalismo. (IBASE, 2015)

As diretrizes estratégicas do Ibase são definidas para ação em quatro anos dada a contextualização ao qual está exposta. Isto significa dizer que, embora a cidadania e a ação direta de fortalecimento da sociedade civil sejam relevantes, é reconhecido que não se pode comparar com a ação do Estado como influente no campo econômico-financeiro de grandes corporações. O desafio da instituição é, a partir de sua localidade no Rio de Janeiro e no Brasil, dados os fatores exógenos aos quais a sociedade esta sujeita, elaborar a contribuição possível que pode dar à sociedade civil. Nesse contexto, cinco são os eixos de atuação do Ibase para promover o desenvolvimento sustentável:

- a) Cidades, territórios, justiça socioambiental e cidadania: a ideia deste eixo é além de conscientizar as cidades de que os territórios são bens comuns e de todos, resistir a projetos e intervenções urbanas e rurais que prejudiquem o caráter comum dos territórios, como remoções e exclusões de comunidades. A ação diretiva ocorre pelo estabelecimento da justiça socioambiental e pela gestão sustentável de territórios;
- b) Disputa por outro desenvolvimento: o modelo utilizado é o do desenvolvimento socioambiental, influenciando em questões como o consumo de energia, o extrativismo e o avanço na agricultura. O Ibase aparece como gestor do controle social de grandes empresas, contribuindo para a transparência e participação cidadã em políticas de financiamento do desenvolvimento;
- c) Universalização de políticas públicas e direitos: agindo em direção do progresso de temas como educação, saúde, alimentação, saneamento, moradia, mobilidade, informação e comunicação, a universalização de políticas públicas e de direitos é trabalhada pela organização na tentativa de combater a exclusão social e a pobreza;
- d) Democracia, debate público e reforma política: a democracia é um dos valores centrais do Ibase e sua atuação em projetos de participação política, engajando cidadãos e lutando pela reforma política é tido como chave para a

ONG. Tende-se a criar uma identidade coletiva prospectando o desenvolvimento nacional em uma perspectiva institucional;

- e) Brasil, mudanças geopolíticas e desafios para a cidadania: inserido no cenário internacional, até mesmo pelas condições de financiamento por organizações humanitárias e as parcerias estabelecidas entre o Ibase e outras instituições de fora do país, temas como a ONU, a União Europeia, guerras e ocupações são tratados nesse eixo da organização. O destaque se dá pelo amplo apoio ao processo e concretização do Fórum Social Mundial.

Exemplos não faltam nos 36 anos recheados de história pelos quais o Ibase atuou. Voltando ao livro *Ibase: usina de ideias* (1999), Carlos Fico ilustra alguns exemplos do início da batalha da instituição, como a *Campanha Nacional pela Reforma Agrária* (1983), a campanha *Se Liga, Rio* (1988), o *Movimento pela Ética na Política* (1992) e o auge da mobilização até então da instituição e de seu líder Betinho, a campanha *Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida* (1993, 1994) no intuito de lutar contra a situação de miséria na qual 32 milhões de pessoas se encontravam no princípio da ação. (FICO, 1999) Na sequência, alguns outros exemplos serão trabalhos mais a fundo, a fim de incluir ações mais recentes da instituição. De princípio, aborda-se o relatório *Levantamento de meninas e meninos nas ruas do Rio de Janeiro* (1992) para que se esboce o início da instituição e sua consternação. Em seguida, outras ações como o projeto *Grande Carajás e os 30 anos de atuação* (2014), o *Mapeamento dos grupos criativos da baixada fluminense* (2015) e o *Fórum Brasileiro de Economia Solidária* (FBES, 2017) conferem produtos mais atuais englobados pelos eixos de atuação do Ibase.

3.1.1.1 Levantamento de meninas/meninos nas ruas do RJ (IBASE, 1992)

Sendo parte do projeto “*Se essa rua fosse minha*”, o levantamento de meninos e meninas nas ruas do Rio de Janeiro foi uma atuação de coleta de dados do Ibase no ano de 1992 a fim de contribuir com a demonstração da ordem de grandeza da quantidade de moradores e trabalhadores infantis em algumas cidades do estado do Rio de Janeiro. Segundo o levantamento, a questão era tratada de maneira simplista,

sem uma real noção de quantos eram, quem eram, por que estavam ali e o que desejavam as crianças e adolescentes encontradas naquele estado. O exemplo antigo e já com dados não atualizados se encontra aqui para demonstração do escopo e maneira de atuação do Ibase desde os primeiros anos de sua institucionalidade.

A definição utilizada para estas crianças e adolescentes serem consideradas “de rua” é a de utilização deste espaço para sua potencial vivência e sobrevivência, contemplando suas relações sociais e econômicas. A ideia é a de desmistificar o estereótipo de que são abandonadas e infratoras, pois esta já era naquele cenário considerada uma definição ultrapassada e limitada. Desta forma, foram consideradas de rua aquelas se encontravam trabalhando, crianças que se encontravam em zonas de alto nível de renda realizando outras tarefas comerciais, ou que se encontravam em regiões com baixo nível de renda utilizando a rua como seu espaço de referência.

Para o Ibase, estar na rua não é considerado uma opção para estes jovens, senão condição devido a uma situação adversa nas quais estes são colocados prematuramente para seu auto sustento. Dados da época do IBGE demonstravam que 50,5% da população entre 0 e 17 anos se encontrava em famílias abaixo da linha da pobreza (abaixo de meio salário mínimo) e 27,4% destes abaixo da linha da miséria (um quarto de salário mínimo). Abaixo são representadas duas tabelas ilustrativas de dados coletados pelo levantamento na época. A primeira mostra a quantidade levantada de acordo com o sexo; já a segunda de acordo com a situação na qual a criança ou adolescente foi encontrada. As áreas pesquisadas foram a cidade do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense e as regiões de Niterói e São Gonçalo. Pode-se conferir também que o estudo foi realizado em dois turnos separados a fim de ter o melhor resultado esperado, ambos a noite devido à dificuldade de observação do dia de identificar quem são os verdadeiros meninos e meninas “de rua”.

Tabela 5 – Levantamento de meninos e meninas nas ruas do Rio de Janeiro de acordo com o sexo

DE ACORDO COM O SEXO						
Turno das 23h						
SEXO	Rio de Janeiro		Baixada Fluminense		Niterói/São Gonçalo	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Masculino	744	67,70%	49	83,05%	70	76,09%
Feminino	295	26,84%	9	15,25%	17	18,48%
S/ Informação	60	5,46%	1	1,69%	5	5,43%
TOTAL	1099	100,00%	59	100,00%	92	100,00%
Turno das 04h						
SEXO	Rio de Janeiro		Baixada Fluminense		Niterói/São Gonçalo	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Masculino	397	57,37%	20	83,33%	60	74,07%
Feminino	179	25,87%	3	12,50%	15	18,52%
S/ Informação	116	16,76%	1	4,17%	6	7,41%
TOTAL	692	100,00%	24	100,00%	81	100,00%

Fonte: Levantamento de meninos e meninas de rua no Rio de Janeiro, 1992

Tabela 6 – Levantamento de meninos e meninas nas ruas do Rio de Janeiro de acordo com a situação em que se encontrava

SITUAÇÃO ENCONTRADA						
Turno das 23h						
SEXO	Rio de Janeiro		Baixada Fluminense		Niterói/São Gonçalo	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Trabalhando	310	28,21%	19	32,20%	40	43,48%
Esmolando	105	9,55%	2	20,34%	2	2,17%
Dormindo	247	22,47%	3	5,08%	16	17,39%
Outras situações	437	39,76%	25	42,37%	34	36,96%
TOTAL	1099	100,00%	59	100,00%	92	100,00%
Turno das 04h						
SEXO	Rio de Janeiro		Baixada Fluminense		Niterói/São Gonçalo	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Trabalhando	30	4,34%	7	29,17%	34	41,98%
Esmolando	14	2,02%	0	0,00%	0	0,00%
Dormindo	551	79,62%	15	62,50%	24	29,63%
Outras situações	97	14,02%	2	8,33%	23	28,40%
TOTAL	692	100,00%	24	100,00%	81	100,00%

Fonte: Levantamento de meninos e meninas de rua no Rio de Janeiro, 1992

3.1.1.2 Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado (COELHO, 2014)

No ano de 2013, foi lançado o estudo “Projeto grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado”, manifestando uma análise socioeconômica da região após trinta anos do estudo do Ibase a respeito da região de Carajás (1983). O estudo busca dimensionar o processo histórico ao qual foi submetido o território demonstrando o retrocesso na busca do desenvolvimento sustentável. Em 1983, o Ibase relatou que o projeto Carajás seria uma hipoteca do futuro do Brasil, consternado com o desenvolvimento de longo prazo e da população local, mais que com o crescimento e a exploração de seus recursos naturais. A privatização da Companhia Vale do Rio Doce (1997), responsável pelo extrativismo e relações de comércio dos recursos da região, transformou os negócios do território em um avanço do acúmulo de capital frente a uma população excluída de qualquer democracia no seu processo de desenvolvimento local. A importância do capital externo transformou o território em um antro de exportação de *commodities*, sempre com os olhos no negócio externo e com o capital externo entrando pra girar a roda do acúmulo de capital, o que aleijou fortemente a comunidade local no seu processo de desenvolvimento. Desta forma, o trabalho tenta mostrar no que o Complexo Carajás se tornou nesses trinta anos, importando-se sempre com o debate e a democratização da sociedade brasileira. Segundo o estudo, “Carajás, pelo seu gigantismo e impacto socioambiental, não aponta para uma Amazônia e um Brasil justo, democrático, participativo e sustentável.” (COELHO, 2014)

Milton Santos define territórios como sendo uma complexa síntese entre espaços físicos e a ação humana, seja esta passada ou atual. Carajás, com seus recursos naturais que esbanjam, especialmente o minério de ferro, é parte do território comum de sua população. Entretanto, a exploração ali desenvolvida não leva em consideração sua decisão ou opinião, ou até mesmo daqueles que antes ali estavam, senão visa interesses externos e não reaplicáveis na região.

A cidadania olha seu bem comum, seu território, privatizado, enclausurado, destruído e exportado... Poluição, destruição ambiental, e pobreza no seu

rastro. A extração de minério produz uma valiosa commodity para investidores de fora, nada ou quase nada de útil para a população local. (COELHO, 2014, p. 5)

Ademais do Complexo de Carajás, que envolve cidades como São Luiz, Parauapebas, Marabá e Açailândia, além dos estados do Maranhão e do Pará, existe uma consternação com o território da Amazônia e sua colonização por classes dominantes do Brasil e do exterior, sobressaindo-se a elite empresarial muitas vezes respaldada pelo governo brasileiro. A colonização do território para extração de minério de ferro, manganês, alumínio ou energia hidrelétrica, assim como a exploração do solo dada sua fertilidade, seguem a linha do *mainstream* e do benefício do mercado e de seu próprio crescimento, negligenciando classes desfavorecidas e o desenvolvimento sustentável proposto pelo Ibase para o território através da democracia e da cidadania. O cenário, após trinta anos de desenvolvimento frustrado, como o próprio título do trabalho anuncia, é de exportação de riqueza natural na forma de *commodities* para o mercado externo globalizado, sendo prejudicial para a população local ao atacar não só o espaço físico como a cidadania e a democracia que ali poderiam ser implementadas visando um desenvolvimento sustentável.

O Gigantismo de Carajás mostra também a dimensão de sua tragédia social. Carajás simboliza uma grande contradição capitalista: da maior província mineral do mundo brotam, ao mesmo tempo, a exploração do homem e do meio ambiente e a vertical acumulação de capital feita por empresas mineradoras e pelo capital financeiro. (COELHO, 2014, p. 10)

O objetivo do estudo do Ibase é o de compreender e deixar transparente o projeto do Complexo de Carajás, dando sua perspectiva histórica e atualizando a atuação da Vale S.A. na região, relacionando-a com a trajetória do desenvolvimento nacional no período. Para isso, utilizou-se da metodologia de pesquisa bibliográfica e de observação no local do Complexo Carajás. Entrevistas foram realizadas com líderes de movimentos sociais, moradores das cidades afetadas pelo neoextrativismo (como o estudo refere-se à extração realizada), funcionários da Vale e gestores públicos, o que pode colaborar com a comprovação dos impactos socioeconômicos e ambientais ao qual a mineração submeteu a região. Alguns pontos como a privatização da Vale, a financeirização das *commodities*, a exploração das minas de Carajás, a trajetória do

neoextrativismo do país, o subdesenvolvimento da região, o histórico de luta local (destacando a ação do MST), o debate da desindustrialização da economia brasileira, o *boom das commodities* e a herança do neoliberalismo são tratados ao longo dos capítulos.

3.1.1.3 Mapeamento dos grupos criativos da Baixada Fluminense (IBASE, 2015)

A Baixada Fluminense é a região que possui o menor índice de Desenvolvimento Humano (IDH da região metropolitana do Rio de Janeiro. Sua população de 4,5 milhões de habitantes possui 1,5 milhão de jovens entre 15 e 29 anos. A região foi escolhida dentro do Programa Brasil para ser sede de grupos criativos na tentativa de construir uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o território. A ideia principal é de reverter o quadro de desigualdade ali existente através da democracia participativa e da autonomia jovem para atuação dentro dos grupos criativos, unindo-os a políticas públicas sob supervisão de uma cooperação internacional. Cinco regiões da Itália (Úmbria, Marche, Toscana, Emilia Romagna e Ligúria) integram o projeto junto ao Governo Federal do Brasil na tentativa de aproximar os dois países e desenvolver a Baixada em um ambiente com maiores índices de desenvolvimento. As regiões italianas coordenam as regiões, atendendo demandas específicas que cada território possa possuir.

Mais de cem grupos se engajaram na produção cultural da Baixada Fluminense entre 2013 e 2014 e o Ibase forneceu o mapeamento geral destes grupos - tratando seu perfil, suas atividades, histórias, necessidades e demandas. As perguntas a qual a pesquisa realizada pela instituição pretende atender assemelham-se ao caso do “Mapeamento de meninos e meninas nas ruas do Rio de Janeiro” de 1992, querendo saber quantos são, quem são e quais estratégias utilizam para produção cultural e saída da pobreza. Entretanto, mais de vinte anos depois se verifica o avanço, visto que em 1992 o levantamento pessimista apenas revelava dados trágicos a serem trabalhados, enquanto o mapeamento dos grupos criativos aparece como uma alternativa palpável da *outra economia* com a realidade nacional.

O relatório pretende dar visibilidade às expressões culturais e a produção da Baixada Fluminense, fornecer parâmetros que possam identificar grupos criativos, identificar parcerias para a cultura juvenil, fortalecer espaços de produção cultural na região e no país e fornecer dados para análises do avanço dos territórios. Definem-se os grupos criativos como

Aqueles que possuem envolvimento na proposição e na produção cultural dos municípios da Baixada Fluminense e que, lançando mão de práticas inovadoras, solidárias e colaborativas, constroem/promovem espetáculos, iniciativas, ações e atividades geradoras de pertencimentos, identificações, filiações e articulação econômica e política. (IBASE, 2015)

A síntese do mapeamento encontra-se na imagem a seguir:

Figura 4 – Resumo do Mapeamento dos grupos criativos da Baixada Fluminense

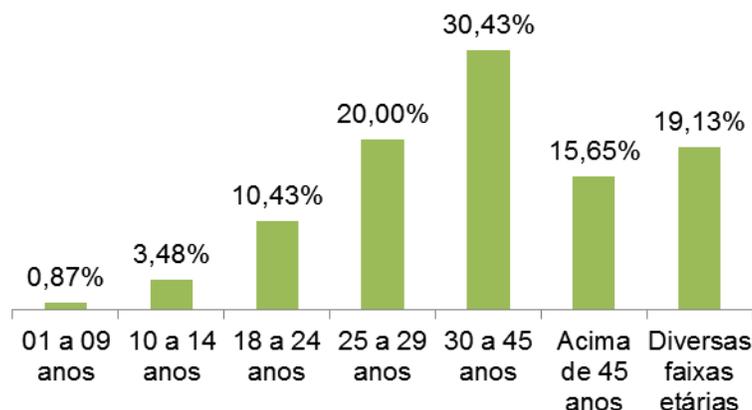
Objetivo	Ampliar a compreensão sobre a realidade dos grupos criativos da Baixada Fluminense – iniciativas e processos criativos, agenciamentos produzidos e modelos institucionalizados – para apreensão das necessidades, expectativas, demandas e interseções entre o campo da cultura e o mundo juvenil.
Municípios	Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica
Universo	Grupos Culturais listados no Mapeamento (ver Anexos)
Plano Amostral	161 grupos criativos
N° de Entrevistas (Questionários Aplicados)	115 grupos criativos
Grupos Focais	Agentes Culturais das Décadas de 1980 e 1990 (6 participantes) Jovens Agentes Culturais (atual – 7 participantes)
Entrevistas com Gestores Públicos de Juventude	6

Fonte: Mapeamento dos grupos criativos da Baixada Fluminense, 2015

Tendo em vista que cada grupo criativo possui em média de trinta a quarenta integrantes através dos dados disponibilizados pelo mapeamento, foi possível identificar algumas informações relevantes. Primeiramente, verifica-se que a quantidade de jovens

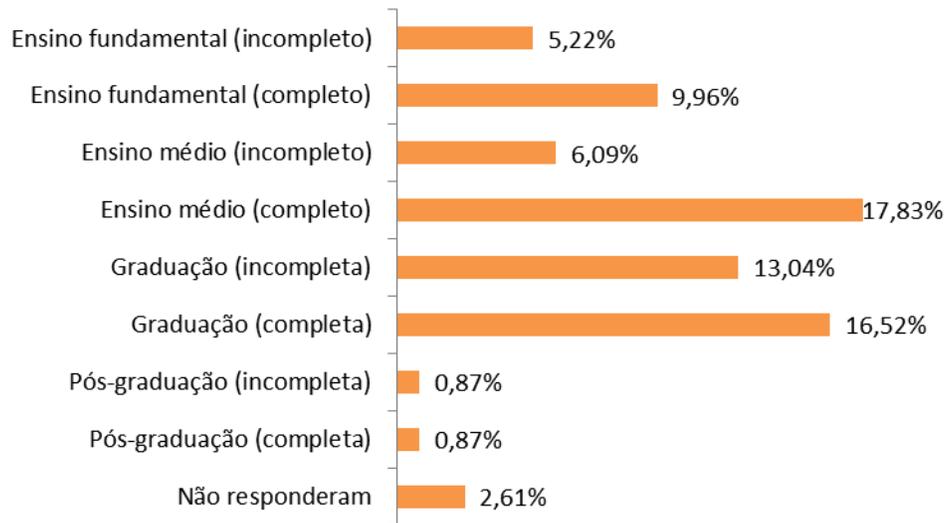
é bastante alta entre os envolvidos, sendo 65,21% das pessoas abaixo dos 45 anos, abrangendo 50,43% dos indivíduos entre os 25 e os 45 anos.

Gráfico 3 – Faixa etária média dos membros dos grupos criativos



Fonte: Mapeamento dos grupos criativos da Baixada Fluminense, 2015

A escolaridade média dos membros dos grupos também foi tida como um fator relevante por definir um grau de desenvolvimento por educação. Verifica-se através do gráfico a seguir (colocar referência do gráfico a seguir) que 66,1% dos indivíduos contemplados pela pesquisa se encontram em nível de escolaridade até ensino médio completo. Dadas as intersecções de faixa etária e de escolaridade entre os gráficos (colocar números dois gráficos) revela-se que a região está em desenvolvimento sob o aspecto da educação.

Gráfico 4 – Escolaridade média dos membros dos grupos criativos da Baixada Fluminense

FONTE: Mapeamento dos grupos criativos da Baixada Fluminense, 2015

3.1.1.4 Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES, 2017)

Além do engajamento em projetos, produção de relatórios e mapeamentos, elaboração de bancos de dados e ação direta em núcleos de trabalho da *outra economia*, promovendo cidadania e democracia para diversos territórios brasileiros, o Ibase ainda é parceiro em redes e fóruns que facilitam e fortalecem a ação solidária e de desenvolvimento sustentável. Um exemplo é o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), instrumento utilizado para promover o movimento nacional de Economia Solidária e espaço para se dialogar a respeito de outro desenvolvimento socioeconômico para o Brasil.

De acordo com dados do FBES, três mil empreendimentos solidários em 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais são assessorados pelo fórum. A atuação ocorre com o fortalecimento do movimento de economia solidária através das próprias bases locais, sem perder a autonomia e princípios individuais de autogestão. Os fóruns acompanham e dialogam para que haja uma incidência mais favorável de políticas públicas, inserindo-se nas lutas e reivindicações dos movimentos sociais. (FBES, 2017)

O balanço social é um modelo demonstrativo para prestação de contas de organizações para a sociedade, de maneira a contribuir para a igualdade e o desenvolvimento social. Destaca-se a atuação de Betinho como entusiasta e gestor de criação do modelo, em 1997, certificando através de um selo as empresas que o realizam. A ideia é que a interação entre as organizações e a sociedade influenciem no poder de compra dos consumidores ao passo que estes estão mais esclarecidos a respeito do produto e da responsabilidade com a cidadania o qual ele representa. Por ser realizado de maneira simples e de fácil preenchimento, o modelo tem a pretensão de envolver a maior quantidade possível de empresas. Sendo assim, reúne informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais pelas quais as empresas atuam, sendo resultado da participação da comunidade interna e externa à atuação. A transparência decorre também como objetivo, tornando pública a visão empresarial com relação a temas como o meio ambiente e a cidadania. Sua composição é feita por uma base de cálculo, indicadores sociais internos, indicadores sociais externos, indicadores ambientais, indicadores de corpo funcional, informações referentes ao exercício da cidadania e outras informações que possam ser relevantes para o balanços social. De acordo com Betinho no período de implementação do balanço como instrumento de análise pública, o desejo é de “um país democrático, onde a política se realize através da ética e onde a ética seja uma forma superior de realização da política.” (SOUZA, 1991).

A partir do balanço social do Ibase, revelados em seus relatórios anuais de 2015 e 2016, pode-se observar dados sobre a natureza dos investimentos e a mensuração de beneficiados pela instituição. Fica claro também o foco de ação por eixo de atuação, estes reestabelecidos da maneira exposta no ano de 2015 e, portanto, analisados a partir da data de sua reconstituição, como se verifica na tabela a seguir relatando a quantidade de beneficiários dos programas do Ibase para o biênio 2015-2016:

Tabela 7 – Beneficiários e entidades beneficiadas de acordo com eixo de atuação do Ibase

	BENEFICIÁRIOS		ENTIDADES BENEFICIADAS	
	2015	2016	2015	2016
Cidades, territórios, justiça socioambiental e cidadania	9.812	12.236	5.333	1.794
Disputa por outro desenvolvimento	1.969	595	788	495
Universalização de políticas públicas e direitos	145	425	51	-
Democracia, debate público e reforma política	53.077	45.598	-	-
Brasil mudanças geopolíticas e desafios para cidadania	15.500	15.500	1.400	1.400
TOTAL	80.503	74.354	7.572	3.689

Fonte: Relatórios Ibase, 2015 e 2016

Algumas constatações podem ser feitas a partir dos dados observados. Fica clara a abrangência do eixo de atuação de *democracia, debate público e reforma política*, embora não se trabalhe neste eixo com entidades, visto que as atividades deste eixo incluem revistas, fóruns, espaços de conversação e redes de comunicação de elaboração e contribuição própria do Ibase. Os projetos e ações do eixo *Brasil mudanças geopolíticas e desafios para cidadania* permanecem constantes de um ano para outro, esclarecendo a constância de entidades e beneficiários do biênio. Sendo cerne da filosofia do Ibase a cidadania e a democracia, o eixo que compõe a maior quantidade de entidades beneficiadas, a crescente no número de beneficiários de um ano para outro e a maior quantidade de ações e abrangência direta da instituição é *cidades, territórios, justiça socioambiental e cidadania*. Embora a *universalização de políticas públicas e direitos* tenha tido um pequeno aumento de beneficiários de um ano para o outro, comparado com o restante dos dados do Ibase parece ainda não expressivo como eixo forte de atuação.

A seguir são fornecidos dados a respeito da proveniência do financiamento dos projetos do Ibase. A tabela também foi extraída do balanço social da instituição:

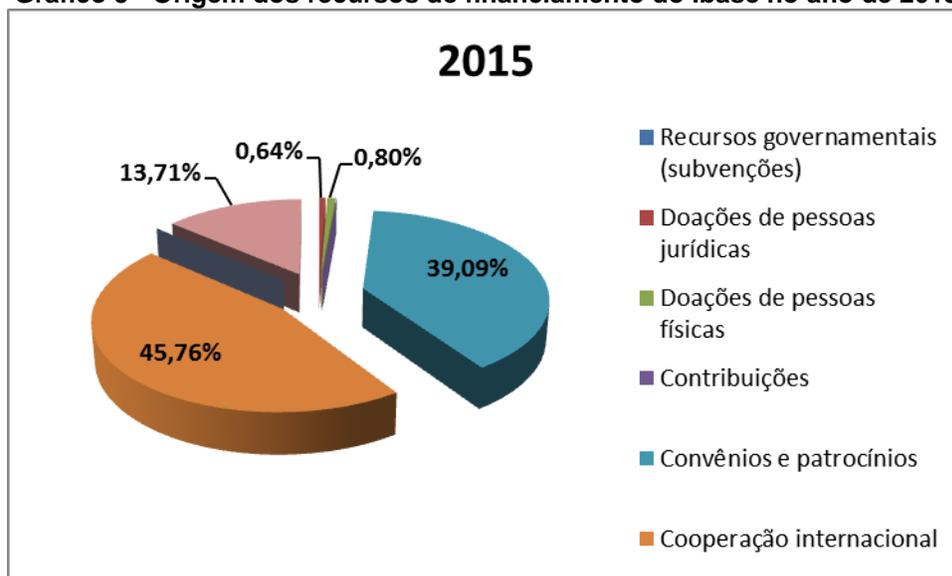
Tabela 8 – Origem dos recursos de financiamento do Ibase no biênio 2015-2016

ORIGEM DOS RECURSOS				
	2015		2016	
	\$ (mil reais)	%	\$ (mil reais)	%
Recursos governamentais (subvenções)	-	0,00%	-	0,00%
Doações de pessoas jurídicas	56	0,64%	54	1,14%
Doações de pessoas físicas	70	0,80%	80	1,68%
Contribuições	-	0,00%	-	0,00%
Convênios e patrocínios	3.420	39,09%	1.200	25,25%
Cooperação internacional	4.003	45,76%	2.319	48,79%
Prestação de serviços e/ou venda de produtos	-	0,00%	-	0,00%
Outras receitas	1.199	13,71%	1.100	23,14%
RECURSOS TOTAIS	8.748	100,00%	4.753	100,00%

Fonte: Relatórios Ibase, 2015 e 2016

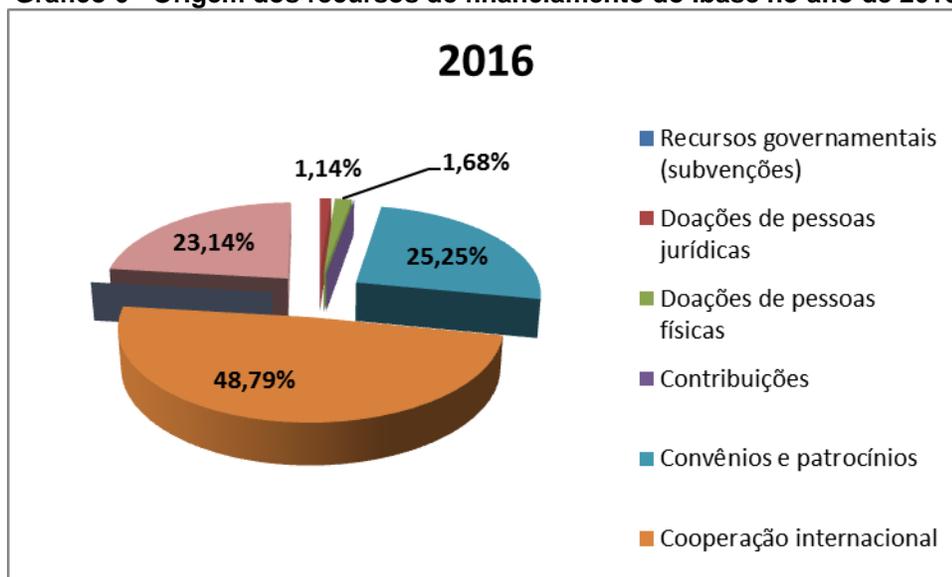
A constatação mais evidente a respeito da origem dos recursos do Ibase provém do fato de que não há sequer um tostão de subvenção advinda do Estado diretamente como fonte. A autonomia na montagem das estratégias referidas pela organização é refletida também na independência financeira do governo ao qual está submetida. Desde seu princípio, a cooperação internacional foi a principal fonte de receita do Ibase e assim o segue até os dias de hoje. Outras parcerias, como convênios e patrocínios com empresas e fundos também são de extrema relevância pra instituição. Em uma análise total dos investimentos feitos em 2015 e 2016, é possível ter mais clareza de sua proveniência percentualmente.

Gráfico 5 - Origem dos recursos de financiamento do Ibase no ano de 2015



Fonte: Relatório Ibase, 2015

Gráfico 6 - Origem dos recursos de financiamento do Ibase no ano de 2016



Fonte: Relatório Ibase, 2016

3.2 ESTRATÉGIAS SUTENTADAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS

As estratégias de governo para os pobres, em especial para jovens que habitam meios populares no Rio de Janeiro, foram intensificadas a partir da década de 1990,

sendo um processo comum em favelas a realização de diversos projetos sociais (seja pelo governo ou por ONGs), ampliando oportunidades e possibilidades para antes desfavorecidos socialmente, como já retratado. Mais além, é possível ainda constatar que um efeito social não previsto ocorreu em sequência, resultando em uma continuidade de projetos de diversos cunhos para os jovens que foram absorvidos pelas políticas sociais, originando um efeito cascata de “um projeto leva a outro”. (SOUZA, 2014) Isto porque o acúmulo de capital diversificado expandiu a capacidade destes jovens de serem reinseridos pela sociedade e dinamizou uma rede de instituições responsáveis não só pelo crescimento e desenvolvimento econômico, mas também pela difusão da militância e de movimentos sociais através das ONGs e demais órgãos envolvidos. Pode-se conceituar como uma “sinergia de projetos em um mesmo território – pensada a partir da noção de desenvolvimento local” (SOUZA, 2014).

O CIEDS é um exemplo bem-sucedido da sinergia envolvida entre seus diversos projetos para o desenvolvimento das localidades onde atua. Agindo como catalizador do Estado para promoção de políticas públicas, é um exemplo do modelo preconizado por Amartya Sen no subcapítulo 2.2, sendo a instituição um instrumento de promoção de políticas públicas para locais onde o Estado não consegue atingir com sua abordagem tradicional e mecanismos de mercado. Sendo assim, age dando maior igualdade de oportunidade e diminuindo a privação da liberdade e das capacidades dos mais pobres.

3.2.1 CIEDS

A organização não-governamental Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS), atua principalmente na cidade do Rio de Janeiro - embora seus projetos atinjam o Brasil inteiro e possua filial em São Paulo - no âmbito social e econômico das classes mais desfavorecidas, auxiliando em seu processo de desenvolvimento sustentável, desde o ano 1998. Sua atuação é filantrópica tendo sido eleita pelo ranking da *NGO Advisor* (2017) como a 78ª melhor ONG do mundo e a 3ª melhor do Brasil. O mesmo sintetizou o CIEDS “*promoting strategic social investment and more effective public policy to transform lives and build*

networks for prosperity”, considerando a ONG, portanto, como uma facilitadora da ação das políticas públicas, tornando-as mais eficazes. Em seus quase 20 anos de atuação, o CIEDS já contemplou mais de 400 projetos realizados com seus parceiros, beneficiando mais de 500.000 pessoas e atingindo mais de 2.500 comunidades. (CIEDS, 2016) A expressividade desses dados confere o caráter ao qual o ranking da *NGO Advisor* destacou a instituição.

O Pacto Global da ONU objetiva que a comunidade empresarial interacional adote valores mundialmente aceitos em seus negócios como a atuação dos direitos humanos nas relações de trabalho, meio ambiente e combate a corrupção, sendo o CIEDS signatário deste pacto. Outra consideração institucional a ser feita a respeito da organização diz respeito ao seu status de consultor especial do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) desde o ano de 2013. Tal conselho atua no sentido de promover a igualdade de direitos, a equidade social, os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável - questões que se enquadram na rotina do CIEDS perfeitamente - permitindo sua atuação no conselho das Nações Unidas em seus programas, fundos, reuniões e conferências em conjunto com outras instituições do mesmo âmbito. Para pertencimento do conselho é necessário que o mecanismo de tomadas de decisão da ONG seja democrático e que seus recursos básicos sejam advindos, majoritariamente, de contribuições de filiados nacionais ou de membros individuais. (ECOSOC, 1996)

Dada a definição do CIEDS pela *NGO Advisor* à qual a própria instituição se utiliza, seu grau de envolvimento com as políticas públicas se dá através do investimento social estratégico, canalizando tais políticas para seu maior rendimento. Sendo assim, atuou com mais de seiscentos parceiros ao longo de sua história, responsáveis por auxiliar na coordenação e execução de seus projetos, podendo colaborar em diferentes aspectos seja por meio de financiamento, colaboração prática ou ajuda em demais serviços aos quais se necessitam apoio. No âmbito público, sua parceria já se deu com instituições como a Light (fornecedora de energia do Rio de Janeiro), a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro (SMDS), a Secretaria da Cultura do Rio de Janeiro (SMC) a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Solidário do Rio de Janeiro (SEDES) e com a própria Prefeitura Municipal

do Rio de Janeiro, atuando na formulação e na execução de políticas públicas destinadas a alargar o mercado e democratizar o acesso à economia da cidade. Já na esfera de parceiros de instituições privadas, a relação já se deu com empresas como a Fundação Itaú Social, a empresa de energia Shell, a empresa de tintas Coral e tantas outras beneficiárias. Destacam-se nacionalmente na atuação de parceiros públicos ainda o Ministério do Esporte do Governo Federal, o Governo do Estado de São Paulo, a Prefeitura de Santos, a Prefeitura de Pelotas e a Secretaria Municipal da Educação de Salvador (SMED).

As parcerias às quais a ONG esta submetida são consideradas estratégias de desenvolvimento e prosperidade ao estabelecerem redes que colaboram com a educação, saúde, alimentação e preocupação com as futuras gerações. Este último item expressa significativamente a conexão do CIEDS com o desenvolvimento sustentável, já que, conforme já referido pelo Relatório Brundtland (1987), um dos pilares de tal maneira de desenvolvimento é a preocupação com o futuro e o suprimento de seus recursos. O desenvolvimento pessoal e das capacidades do ser humano encontram espaço na organização, auferindo significado direto a teoria de Amartya Sen de desenvolvimento através das liberdades e sua abordagem das capacitações. A instituição ainda aponta articulando o meio para geração de conhecimento no intuito de ser agente transformador através do empoderamento do indivíduo e do desenvolvimento local.

Pode-se facilmente identificar nas diretrizes do CIEDS a sua relação com a responsabilidade social. A imagem 5 aborda aspectos da *outra economia* intrínsecos em sua missão, visão e valores.

Quadro 1 - Missão, visão e valores do CIEDS

Missão	Construir redes para a prosperidade de pessoas, de comunidades e da sociedade, tendo como base o conhecimento, a cooperação e o empoderamento
Visão	Um mundo onde todos constroem sociedades mais justas e democráticas
Valores	Atuar colaborativamente e em redes;
	Fomentar a inovação gerando valor compartilhado;
	Incentivar o desenvolvimento de nossas equipes;
	Respeitar a diversidade;
	Ter compromisso com a gestão de qualidade;
	Ter ética e transparência;
	Valorizar os saberes e culturas de todos os nossos públicos.

Fonte: Relatório CIEDS, 2016

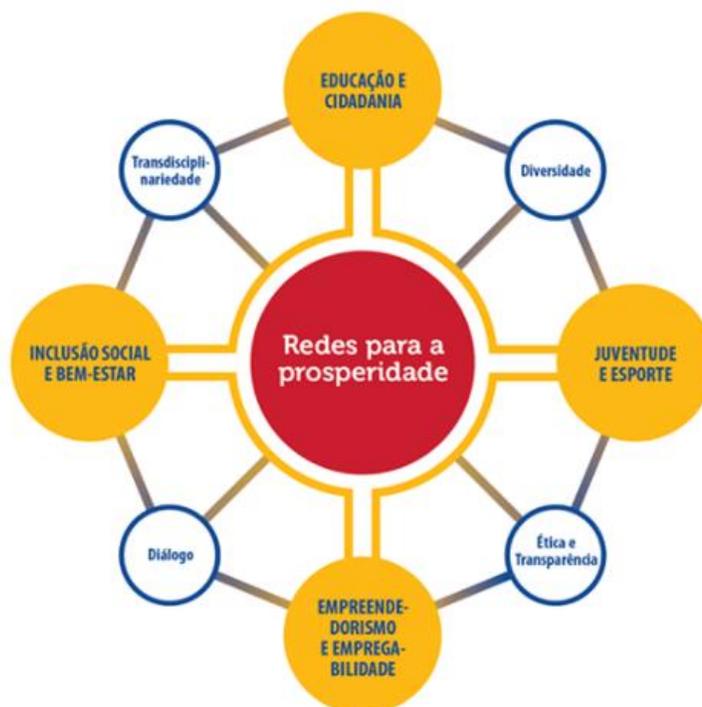
Em parceria com o Ministério do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro, juntamente com o Instituto Pereira Passos, o projeto Rio Ecosul possuía o intuito de desenvolver a economia solidária como alternativa viável de inclusão social nas comunidades Complexo da Maré, Antares/Palmates e Morro da Coroa, no Rio de Janeiro. A abordagem para construção de empreendimentos sustentáveis foi a de oficinas de capacitação em Comércio Justo e Economia Solidária a fim de aumentar o comércio e conseqüentemente a renda. (Relatório CIEDS, 2015) O viés econômico de uma *outra economia*, elucidada no subcapítulo 2.3, é amparado por diversos projetos como este na instituição. Os eixos de atuação da ONG permitem uma análise de mais exemplos de atuação do CIEDS.

Seus eixos principais de atuação podem ser distribuídos entre:

- a) Educação e Cidadania;
- b) Inclusão Social e Bem-estar;
- c) Empreendedorismo e Inovação Social;
- d) Juventude e esporte.

Os eixos de atuação interferem através de seus projetos e políticas no processo atual e futuro de comunidades. O imagem 5 ilustra a metodologia ideológica de trabalho da ONG com seus principais eixos:

Figura 5 – Metodologia ideológica de trabalho do CIEDS e seus principais eixos de atuação



Fonte: Relatório CIEDS, 2016

A inclusão social e o bem estar dos indivíduos os trazem de uma situação de exclusão para serem reintegrados no quadro social, garantindo uma vida mais igualitária e acesso mais fácil a recursos. A educação e a cidadania unidas dão a perspectiva de um futuro aos indivíduos influenciando na criação de agentes transformadores sob o modelo democrático e participativo de gestão. O empreendedorismo e a inovação social, por sua vez, integram ao modelo econômico atual, potenciais produtores e consumidores em uma expectativa de aumentar a participação de comunidades mais desfavorecidas a novas oportunidade no mercado, gerando emprego e renda. Por fim, a atuação no campo da juventude e dos esportes elenca a prioridade do desenvolvimento sustentável com as gerações futuras ao tentar diminuir a desigualdade brasileira em médio prazo por meio da construção de um futuro para mais jovens. Através de valores como diversidade, ética e transparência, diálogo e transdisciplinariedade, o desempenho da ONG se dá através de redes que pretendem garantir a prosperidade. Verifica-se em exemplos aplicados a atuação da instituição

sem fins lucrativos, vinculando seus eixos de atuação e o viés heterodoxo do investimento em seus projetos.

Na área da juventude e esporte, 244 jovens foram beneficiados na Zona Norte carioca ao serem ligados através de escolas locais com o CIEDS no intuito de os levarem a uma posição de sujeito de direitos e construtores de seu próprio caminho de vida. Saindo do Rio de Janeiro, a ONG chegou na capital paulista através do futebol. A metodologia do esporte para desenvolvimento social chegou a 91 profissionais de educação física e demais líderes e funcionários locais engajados com o projeto Rede Esporte pela Mudança Social (REMS), originando o Guia do Disseminador – Esporte para o Desenvolvimento Humano (2016). Além de capital, a cidade de Osasco também foi beneficiada dos projetos com 282 crianças e adolescentes ligados aos projetos de esporte do CIEDS. A cidade de Pacajus (CE) teve 1.890 beneficiados por meio de cursos profissionalizantes na área cultural e esportiva, auxiliando na transformação de sua região.

Tendo como cerne para o desenvolvimento do país a educação, a realização da justiça social e o caminho para que transformações ocorram passa pelo conhecimento, sua propagação e seu vínculo com as políticas públicas. Sendo assim, a atuação em comunidades de oito estados do Brasil foram sensibilizadas a fortalecer o sistema educacional, criando redes e fortalecendo-o. O empodramento de 162 organizações sociais comunitárias integrou o poder público através da assinatura do Pacto pela Educação, política em prol da educação integral. O projeto Redes de Educação Integral procura ampliar e diversificar a vivência na escola, garantido seu desenvolvimento em áreas subaproveitadas na educação tradicional, como desenvolvimento psicológico e social. Com auxílio de 153 parceiros entre empresas privadas e outras demais instituições, foram mapeadas 75 organizações de educação em São Luís no Maranhão e Várzea Grande no Mato Grosso, aproximando-as de escolas e fortalecendo a sustentabilidade das mesmas.

Para construção de um modelo de sociedade mais justo, o CIEDS fomenta empreendedores que entendam a lógica do *mainstream*, conquanto colaborem com demais campos da sociedade, como o da Economia Solidária e da Economia Criativa. Nas cidades de Vila Velha, Macaé e do Rio de Janeiro, 35 novos negócios atendidos

por 165 empreendedores sustentáveis geraram 716 empregos, faturando mais de vinte milhões no ano de 2016. No Rio de Janeiro ainda, aproximadamente cinco mil moradores do morro Santa Marta passaram a receber energia elétrica renovável com a aquisição da tecnologia para armazenar energia solar, gerando não somente a energia como abatimento de custos na conta de luz dos mesmos, através de um gerenciamento democrático de um plano de ação.

Outro exemplo claro da ação empreendedora desenvolvimentista sustentável do CIEDS é o projeto Favela Criativa, que no ano de 2015 capacitou 406 jovens de 19 territórios cariocas com Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) a realizarem um total de 132 projetos culturais, instrumentalizando os mesmos como empreendedores culturais e desenvolvendo suas habilidades para que possam participar de editais de licitação para incentivo a cultura. O parceiro principal do projeto foi a Light, empresa pública fornecedora de energia no Rio de Janeiro, através da Lei de Incentivo à Cultura. Desta forma, a Economia Criativa é representada por meio da cultura como alternativa à economia de mercado, incentivando, através de investimento público, outras esferas do trabalho que fujam ao padrão tradicional a fim de trazer jovens excluídos socialmente para uma realidade integrada pela economia.

No campo da inclusão social e do bem-estar da população, o CIEDS trabalha em centros e em parcerias com instituições de auxílio a pessoas com transtornos ou algum tipo de deficiência, a fim de reinseri-los socialmente, seja através da empregabilidade ou de oficinas criativas e de apoio a cultura. Nesse sentido, órgãos públicos e privados tem trabalhado em cima de ações que facilitem as políticas públicas da área em parceria com a ONG, resultando, em 2016, na criação de 87 residências terapêuticas onde 430 pessoas com transtornos mentais foram absorvidas. Com relação as oficinas, mais de 50 mil atendidos tiveram uma contribuição para sua ressocialização nas atividades realizadas no mesmo ano. A instituição ainda é parte do Conselho Municipal de Assistência Social e do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Ri de Janeiro, auxiliando na proposição de políticas públicas e de uma agenda democrática para o trabalho social.

Desta forma, torna-se clarividente a conexão com a *outra economia* e esta organização não-governamental. O contra fluxo ao *mainstream* é desempenhado ao

passo que a economia de mercado não é suficiente para garantir às camadas mais renegadas a igualdade de oportunidades necessária para a saída de um status de pobreza.

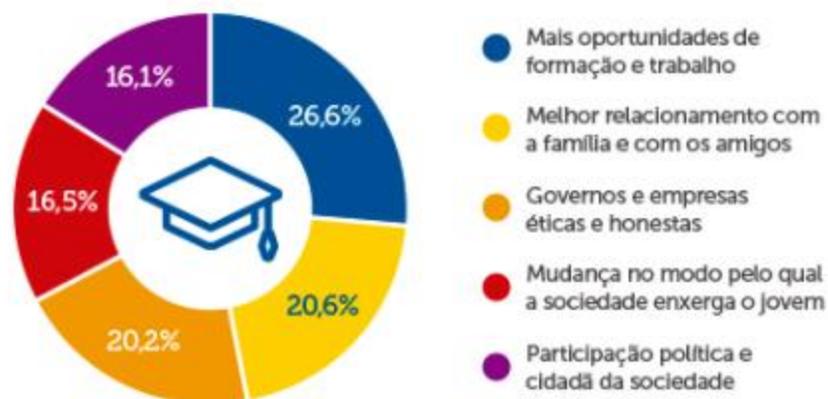
Em artigo escrito pelo diretor executivo da instituição Fábio Müller, a discussão da juventude e a confiança em seu futuro se torna chave para compreensão da atuação da ONG. Sua premissa é de que há uma disseminação no Brasil, dada a crise econômica atual, de uma sensação de insegurança quanto ao futuro cada vez maior, deslegitimando o governo como solucionador da crise. Além disso, os dados trazidos alarmam que 20% dos jovens constituem a população dos *nem nem*⁸; 30% não terminaram o ensino fundamental; e 55% não chegaram ao fim do ensino médio. Estes dados são gerais e incluem todas as camadas sociais dos mais ricos aos mais pobres. Todavia, ao se analisar apenas a classe de menor renda, os dados são ainda mais intimidadores ao se verificar que 70% dos jovens entre os *nem nem* pertencem aos 40% mais pobres do Brasil vivendo em residências com até meio salário mínimo per capita. A discrepância cresce ao se analisar que, entre os *nem nem*, sete a cada dez jovens são mulheres, dentre as quais 58,4% têm um ou mais filhos e romperam com estudo devido a maternidade (MÜLLER, 2017).

Contudo, a pesquisa realizada ao longo do artigo, realizada com 203 jovens integrados em projetos e programas sociais do CIEDS, pretende focar na percepção dos jovens em relação ao mundo e na confiança de seu futuro. Dentre a amostra, ao serem perguntados se os mesmos confiariam em um futuro melhor para si, 95% acreditavam que sim. A questão mais relevante levantada foi “o que te apoiaria a confiar que o futuro pode ser melhor?”, indagando o que seria mais importante para que esses jovens integrassem uma juventude mais desenvolvida.

⁸ Expressão utilizada para definir a geração de jovens que desistiu de procurar emprego por sua falta de qualificação ou falta de oportunidade e desistiu de estudar, pois não se sente atraída pelo estudo: *nem* trabalha *nem* estuda.

Figura 6 – Pesquisa de opinião sobre percepção dos jovens em relação ao mundo e seu futuro

O QUE TE APOIARIA A CONFIAR QUE O FUTURO PODE SER MELHOR?



Fonte: MÜLLER, 2017

Dentro da filosofia de trabalho do CIEDS, a compreensão é de que a opinião do jovem e a liberdade para desenvolver suas capacidades são primordiais para o desenvolvimento, ancorando o pilar da sustentabilidade como norteadora dos valores da instituição. A preocupação com a geração futura se dá através da educação da juventude para construir um futuro melhor.

Segundo os relatórios de 2015 e 2016 divulgados pela instituição, é possível se obter uma noção mais ampla da abrangência do CIEDS. Primeiramente, são avaliados comparativamente entre os anos dados gerais como a área de alcance, o número de envolvidos nos projetos e a quantidade de beneficiados. Na sequência, são fornecidos números do volume de investimentos realizados na ONG e a sua procedência, a fim de identificar quem são os maiores influenciadores da concretização de seus projetos.

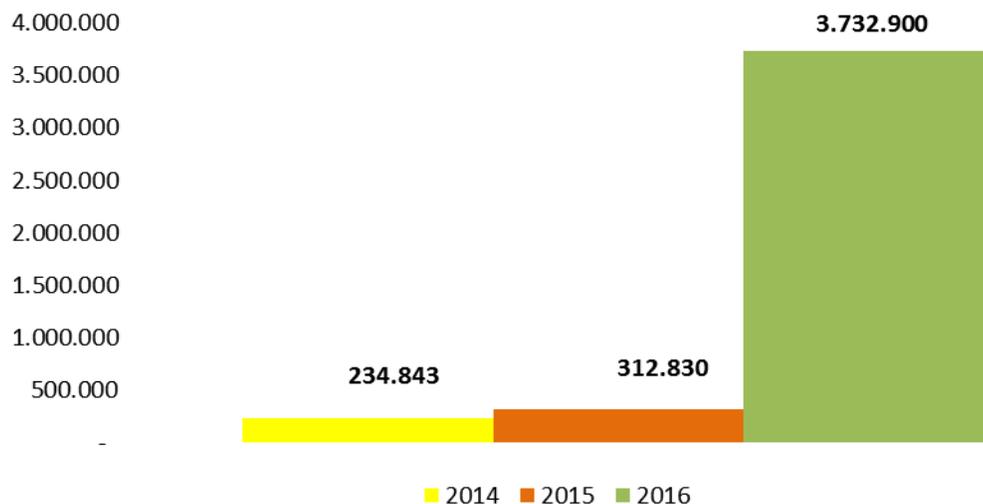
Tabela 9 – Abrangência do CIEDS no biênio 2015-2016

	2015	2016
Beneficiários diretos	60.964	818.898
Beneficiários indiretos⁹	251.866	2.914.002
Projetos executados	40	37
Cidades	10	35
Estados	9	15
Colaboradores (força de trabalho)	1.782	1.782
Voluntários	304	808

FONTE: Relatórios 2015 e 2016, CIEDS

Fica clara a evolução da instituição de um ano para outro, tendo elevado não somente a quantidade de locais atingidos por seus projetos como a quantidade de beneficiados. Passando de dez para quinze estados em seu campo de atuação, a quantidade de cidades também aumentou, passando de 10 para 35. O balanço social do CIEDs revela que, ao se verificar os dados de beneficiados gerais, entre beneficiários diretos e indiretos, para o período de 2014 a 2016, o número passou de 234.843 pessoas em 2014 para 3.792.900 em 2016.

⁹ Tendo em vista o dado do IBGE de número médio de integrantes por família no Brasil, calcula-se o número de beneficiários indiretos sendo aqueles que são vinculados a projetos com a família sendo o público alvo multiplicados por 3,6.

Gráfico 7 – Quantidade de beneficiários gerais do CIEDS entre 2014 e 2016

FONTE: Relatórios 2014, 2015 e 2016, CIEDS

Entretanto, a área de investimentos absorvidos pela ONG é a que mais chama atenção. Seu alto grau de envolvimento com a política pública torna o investimento público tremendamente superior ao advindo de outras fontes. Como se pode perceber, o investimento público não só é demasiado elevado perante as outras formas como também cresceu no período observado.

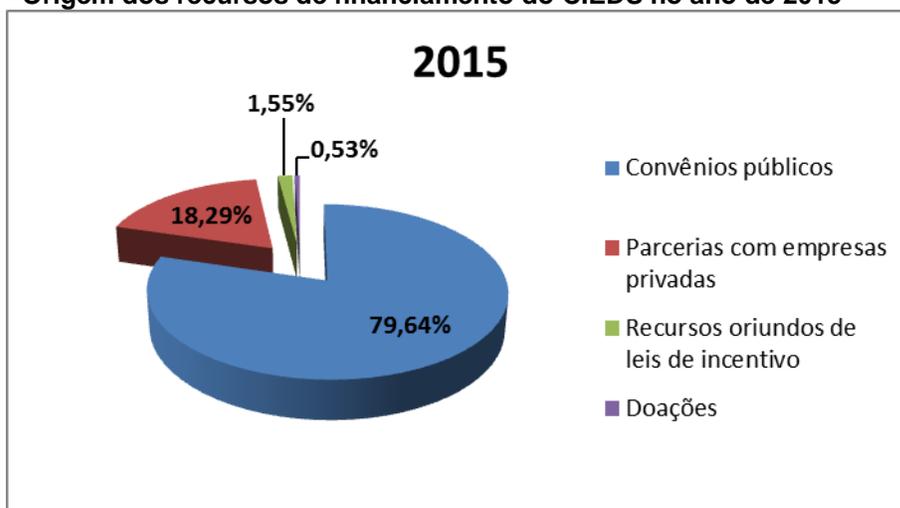
Tabela 10 – Investimentos realizados no CIEDS no biênio 2015-2016

	2015		2016	
	R\$	%	R\$	%
Convênios públicos	R\$ 48.798.753,53	79,64%	R\$ 65.143.360,00	84,80%
Parcerias com empresas privadas	R\$ 11.205.972,56	18,29%	R\$ 11.538.364,00	15,02%
Recursos oriundos de leis de incentivo	R\$ 947.958,87	1,55%	R\$ 61.456,00	0,08%
Doações	R\$ 322.213,20	0,53%	R\$ 46.092,00	0,06%
Recursos oriundos de organismos internacionais	R\$ -	0,00%	R\$ 30.728,00	0,04%
TOTAL	R\$ 61.274.898,16	100,00%	R\$ 76.820.000,00	100,00%

FONTE: Relatórios 2015 e 2016, CIEDS

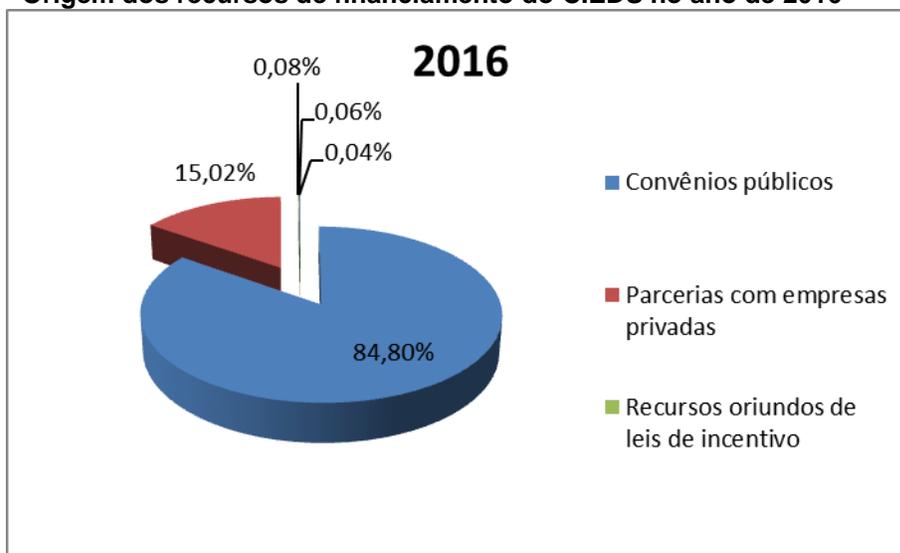
Verifica-se também que outros investimentos, como os oriundos de leis de incentivo e advindos de doações, diminuíram drasticamente, concentrando ainda mais o investimento público como majoritário. Embora a ONG tenha conseguido recursos de organismos internacionais no último ano, estes ainda são considerados quase inexpressivos para a análise total de investimentos.

Gráfico 8 - Origem dos recursos de financiamento do CIEDS no ano de 2015



FONTE: Relatórios 2015 e 2016, CIEDS

Gráfico 9 - Origem dos recursos de financiamento do CIEDS no ano de 2016



FONTE: Relatórios 2015 e 2016, CIEDS

Por outro lado, a falta de possibilidades para participação dos jovens nas mudanças das políticas sociais públicas voltadas para seu desenvolvimento junto ao CIEDS foi verificada em pesquisa realizada pela PUC-RJ. Dado o fato de as políticas e o investimento serem realizados de fora para dentro da ONG, os agentes transformadores recebem a oportunidade de mudança e de saída de uma situação de pobreza para outra de desenvolvimento, seja direto para o próprio indivíduo ou indireto em detrimento de uma melhoria na condição de vida comunitária. Entretanto, não são parte ativo no processo de criação das oportunidades dada a burocracia e a condição externa às quais estão submetidos. Em outras palavras, as ações são eficientes e beneficiam a todos embora os beneficiados sejam passivos nos processos da instituição (GOMES, 2017).

O desenvolvimento local, a autogestão, as cooperativas e a economia solidária são conceitos facilmente identificáveis no CIEDS. O ambiente largamente democrático da ONG é capaz de elencar empresas e associações em cooperativas, cujo trabalho é dirigido coletivamente para o desenvolvimento local. Esse desenvolvimento é irradiado para outros setores e comunidades, levando não só o progresso através do acúmulo de capital humano ou recursos disponíveis, mas uma filosofia de crescimento democrático e autogestivo baseado na economia solidária que transcende o *mainstream* econômico e inclui os pobres com maior igualdade de oportunidades.

A responsabilidade para com a juventude ainda ressalta o anseio e a perspectiva por um futuro melhor amparado em desenvolvimento sustentável. O fato de ser uma instituição não-governamental não onera o fato da responsabilidade social pública decair sobre o CIEDS como forma de investimento direto em políticas para pobres a fim de alcançar maior igualdade. Sendo a ONG catalizadora da ação pública, é possível utilizá-la como exemplo de instituição preocupada com estratégias de saída da pobreza sustentadas em políticas públicas.

4 CONCLUSÃO

Ao longo do trabalho foi sustentada a hipótese de que existe uma alternativa viável ao desenvolvimento econômico que não o livre mercado. Um referencial teórico sólido no que tange a relação do desenvolvimento econômico com o crescimento econômico, linhas de pesquisa sobre a pobreza e a concentração de renda e a atuação de ONGs como expoentes do desenvolvimento sustentável foram apresentados. Por fim, baseadas em dois casos de ONGs brasileiras, sinalizaram-se estratégias autônomas e sustentadas em políticas públicas para saída da pobreza em territórios onde o Estado possui dificuldade de atuar dada sua estratégia de desenvolvimento.

Primeiramente o debate entre crescimento e desenvolvimento econômico foi elucidado, elaborando a síntese de que a função identidade entre esses dois conceitos pode resultar em concentração de renda, principalmente em países em desenvolvimento. Portanto, a ação na redução da desigualdade social muitas vezes deve ser levada em consideração em paralelo a estratégias de desenvolvimento que relevem o crescimento econômico como cerne de sua conduta. O incremento da desigualdade social acaba diminuindo a possibilidade de oportunidades para desenvolvimento nas camadas mais populares, já que o livre mercado nem sempre alcança da mesma maneira as diferentes camadas sociais, beneficiando em maior escala os rendimentos dos mais abastados.

O desenvolvimento sustentável sugere então a alternativa viável ao *mainstream* da economia, a preocupação com as gerações futuras e sua qualidade de vida independente da classe social, ou seja, a ideia de um desenvolvimento de longo prazo no qual a qualidade distributiva da riqueza é levada em consideração. A erradicação da pobreza é objetivo central do desenvolvimento sustentável, como revelam os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Agenda da ONU para 2030 (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Com base nas obras de Kuznets (1955), Pikkety (2014), Sen (1999) e Prahalad (2005), a pobreza e a desigualdade social foram inseridas de maneira mais intensa no debate que envolve o desenvolvimento sustentável. A hipótese de Kuznets (1955) para a relação entre crescimento da renda per capita e a desigualdade social, em sua

famosa curva em formato de *U* invertido, foi abordada e criticada por Palma (2011) no que diz respeito ao diferencial existente para comparação desses dois fatores entre países já desenvolvidos e países em desenvolvimento, utilizando-se do índice de Gini médio entre as nações para comprovar sua tese de que o modelo parece não valer para todos da mesma maneira. Em outra abordagem, Piketty (2014) enxerga a desigualdade de renda como resultado da concentração da renda advinda do capital e do trabalho, trazendo dados mais recentes que demonstram uma tendência de evolução histórica na desigualdade entre as classes sociais que para ele se dividem em parcelas percentuais da população. Para o autor, a taxa de crescimento da riqueza pouco passa pelas camadas mais populares e, à medida que as camadas mais altas da sociedade acumulam mais capital e aumentam suas grandes fortunas, as disparidades entre as classes sociais tendem a aumentar em consequência.

Partindo de outra visão sobre o tema, Sen (1999) relaciona a pobreza com a privação das liberdades e capacidades do ser humano. Para o autor, a desigualdade de renda é um dos aspectos a ser mensurados no debate sobre a pobreza e identifica como fator chave para o desenvolvimento o próprio indivíduo e a oportunidade de se desenvolver através de suas capacidades e da liberdade para atingi-las. Dessa forma, o crescimento econômico pode influenciar no desenvolvimento social na medida em que pode aumentar a liberdade dos indivíduos a se inserirem de maneira mais ampla dentro da sociedade. O autor Prahalad (2005), por fim, considera que a inserção das camadas mais pobres da população no mercado capitalista é uma estratégia de desenvolvimento que pode alterar quem serão os futuros empreendedores. Prahalad considera um potencial poder de empreendedorismo criativo vindo dos mais pobres e sugere que as empresas e demais instituições invistam para inseri-los ao modelo capitalista.

Alternativas de estratégias para o desenvolvimento sustentável acompanham a *outra economia* através de modelos que vão além do *mainstream* e do livre mercado. A autonomia, autogestão e o desenvolvimento local de territórios são aplicados à economia solidária e à economia criativa em situações onde o modo de produção capitalista não alcança todos os indivíduos, incluindo-os através da democracia e da cidadania e minimizando a desigualdade de oportunidades. Desta forma, apesar de não alterar o modo de produção, como sugerido pelos clássicos socialistas, se inclui ao

capitalismo outras características que transformam sua dinâmica social, diferenciando-se do livre mercado sob a influência de diversas instituições e de uma nova perspectiva de desenvolvimento.

Enfim, dois casos foram analisados a fim de dar prática à teoria referenciada ao longo do trabalho. Foram escolhidas duas ONGs a fim de ilustrar não só o seu trabalho pontual como agentes de transformação social em suas respectivas atividades, mas também como forma de apresentar o trabalho de ONGs no cenário histórico brasileiro e sua devida importância nas camadas mais populares da sociedade. As instituições escolhidas diferenciam-se principalmente pela sua condição de financiamento. Enquanto o Ibase aparece com a estratégia de se manter autônomo como modificador da dinâmica social desde seu princípio em contexto de ditadura militar, trabalhando através de cooperação internacional e auxílio de outras parcerias para promoção de seus programas, o CIEDS age mais como facilitador de políticas públicas e se mantém muito vinculado ao Estado para atingir territórios aonde não se chega tão facilmente com sua política desenvolvimentista.

O objetivo principal da análise dos dois casos não é a comparação interinstitucional das mesmas no sentido de saber se estratégias autônomas são mais eficazes ou não que estratégias sustentadas em políticas públicas. Tampouco o objetivo é comparar a grandeza e a evolução dos resultados interanuais das duas instituições. Os dados de atuação das duas ONGs, retirados na maioria das vezes dos relatórios divulgados dos mesmos, de seu balanço social e de artigos de terceiros sobre ambas, mostram estratégias que opções à economia de mercado podem ter no Brasil. Desta forma, estratégias de desenvolvimento sustentável de diminuição da pobreza, sejam estas advindas de instituições autônomas ou instituições sustentadas em políticas públicas de vínculo maior com o Estado, são consideradas alternativas viáveis ao *mainstream* e à economia ortodoxa. A primeira estabelece uma estratégia autônoma que reflete tanto a ação intrainstitucional como interinstitucional, garantindo independência para agir nas esferas onde mais acredita ser necessário, sendo através de pesquisas ou ações diretas, cooperando com parceiros internacionais que possam sustentar a prática da ONG. A segunda segue uma linha de financiamento muito vinculada ao Estado, sendo objeto para canalização das políticas públicas em locais de

difícil acesso pelo governo, capacitando diversas comunidades com ações mais focadas nas gerações mais jovens e aumentando a abrangência das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

AMARO, Rogério R. Desenvolvimento local. In: CATTANI, Antônio D. et al. (Org.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina, 2009. p. 108-113.

BARRETO, Flávio Ataliba et al. **O que mais impacta a redução da pobreza: o crescimento da renda ou redução da desigualdade?** Estimativas para as regiões brasileiras e os setores da atividade econômica. Fortaleza: CAEN/UFC, 2009. (Ensaio sobre pobreza, 16). Disponível em: <<http://bit.ly/2ka4mER>>. Acesso em: 15 out. 2017.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. **O impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. Disponível em: <<https://goo.gl/KoyBmv>>. Acesso em: 16 out. 2017.

BRUNDTLAND COMMISSION (Oxford). Oxford University Press. **Relatório Brundtland**. Oxford: Oxford University Press, 1987. 383 p.

CARVALHO, N. L., et al. Desenvolvimento Sustentável. Santa Maria: **Revista Monografias Ambientais**, v. 14, n. 13, p. 109-117, set/dez 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/4fJtCU>>. Acesso em: 20 out. 2017.

CATTANI, Antônio D. et. al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

CIEDS (Rio de Janeiro). **Relatório anual 2014**. Rio de Janeiro: Cieds, 2014. 72 p. Disponível em: <<https://goo.gl/b2byyr>>. Acesso em: 20 set. 2017.

CIEDS (Rio de Janeiro). **Relatório anual 2015**. Rio de Janeiro: Cieds, 2015. 88 p. Disponível em: <<https://goo.gl/b2byyr>>. Acesso em: 20 set. 2017.

CIEDS (Rio de Janeiro). **Relatório anual 2016**. Rio de Janeiro: Cieds, 2016. 38 p. Disponível em: <<https://goo.gl/b2byyr>>. Acesso em: 20 set. 2017.

COELHO, Tádzio Peters. **Projeto grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado**. Rio de Janeiro: Ibase, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/z8NGhZ>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL (Portugal). **As ONG e o Conselho Econômico e Social**. Lisboa: Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal, 1996. 2 p. Disponível em: <<https://goo.gl/NwT4wJ>>. Acesso em 3 nov. 2017.

FIANI, Ronaldo. **Cooperação e conflito: instituições e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FICO, Carlos. **Ibase: usina de ideias**. Rio de Janeiro: Gramond, 1999.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (Brasil). **Forum Brasileiro de Economia Solidária**. Brasil: Fbes, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/N8uxqv>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

FRANCA, Nahyda; CORRÊA, Frances Vivian; LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Gestão integrada, participação e controle social em mosaicos de áreas protegidas: o caso do mosaico central fluminense**. Rio de Janeiro: Ibase, 2015.

GAIGER, Luís Inácio. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. Rio de Janeiro: **Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n. 4, p. 799-834, 2004.

GAIGER, Luís Inácio; LAVILLE, Jean-Louis. Economia Solidária. In: CATTANI, Antônio D. et. al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina, p. 162-168, 2009.

GOMES, Adriana Alice. **O direito à participação de adolescentes em acolhimento institucional a partir de suas perspectivas**. 2017. 222 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/bu8yZM>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

HOFFMAN, Rodolfo. **Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004**. Rio de Janeiro: *Econômica*, v. 8, n. 1, p. 55-81, junho 2006.

IBASE. **O Brasil de Betinho**. Rio de Janeiro: Mórula, 2012.

IBASE (Rio de Janeiro). **Diretrizes Ibase 2015-2018**. Rio de Janeiro: Ibase, 2014. 17 p. Disponível em: <<https://goo.gl/XhBekt>>. Acesso em: 20 set. 2017.

IBASE (Rio de Janeiro). **Mapeamento dos grupos criativos da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Ibase, 2015. 55 p. Disponível em: <<https://goo.gl/WS4GLN>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

IBASE (Rio de Janeiro). **Levantamento de meninos e meninas nas ruas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ibase, 1992. 27 p.

IBASE (Rio de Janeiro). **Relatório de atividades 2015**. Rio de Janeiro: Ibase, 2015. 121 p. Disponível em: <<https://goo.gl/Pdj1AF>>. Acesso em: 20 set. 2017

IBASE (Rio de Janeiro). **Relatório de atividades 2016**. Rio de Janeiro: Ibase, 2016. 101 p. Disponível em: <<https://goo.gl/Pdj1AF>>. Acesso em: 20 set. 2017

INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP (Cape Town). **Partnering to make budgets work for the people**: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Cape Town: Ibp, 2011. 2 p. Disponível em: <<https://goo.gl/vYmbzk>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

JELIN, Elizabeth. ¿Ciudadanía emergente o exclusión? Movimientos sociales y ONGs em los años noventa. Cidade do México: **Revista mexicana de sociologia**, out. 1994.

KAKWANI, Nanak; KHANDKER, Shahid; SON, Hyun H. Pro-poor growth: concepts and measurement with country case studies. Nova York: **International poverty center**, ago.2004. (Working Paper, 1). Disponível em: <<https://goo.gl/ZkVvL6>>. Acesso em 05 nov. 2017.

KUZNETS, Simon. Economic growth and income inequality. Estados Unidos: **The American Economic Review**, v. 45, n. 1, p. 1-28, mar. 1955. Disponível em: <<https://goo.gl/dV7MtK>>. Acesso em 15 out. 2017.

LIMA, Jacob Carlos. Cooperativas de Trabalho. In: CATTANI, Antônio D. et. al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina, p. 91-95, 2009.

MIRRA, Elson Cedro. **O desenvolvimento econômico além do mainstream: institucionalismo e outras perspectivas**. Brasília: IPEA, 2011. (Anais do circuito de debates acadêmicos). Disponível em: <<https://goo.gl/xaAQp7>>. Acesso em 22 out. 2017.

MOTHÉ, Daniel. Autogestão. In: CATTANI, Antônio D. et. al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina, p. 26-30, 2009.

MULLER, Fábio. Os jovens e a confiança no futuro. **CIEDS: artigos**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://www.cieds.org.br/1064,1,os-jovens-e-a-confianca-no-futuro>>. Acesso em 10 nov. 2017.

NAÇÕES UNIDAS (Nova York). **Agenda da ONU para 2030**. Nova York: Onu, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/xBSbuW>>. Acesso em: 25 out. 2017.

NAMORADO, Rui. Cooperativismo. In: CATTANI, Antônio D. et. al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina, p. 96-102, 2009.

PALMA, José Gabriel. **Homogeneous Middles vs. Heterogeneous Tails, and the End of the 'Inverted-U': It's All About the Share of the Rich**. Cambridge: Development and change, jan. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/Y8aaYZ>>. Acesso em 10 out. 2017.

PICOLOTTO, Volnei. **Pobreza e desenvolvimento limitados a renda: uma aplicação para a Grande Porto Alegre através de indicadores fuzzy**. 2006. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Cap. 2.

PIKETTY, Thomas. **Capital in the twenty first century**. London: Cambridge, 2014.

PLEIN, Clério. **Os mercados da pobreza ou a pobreza dos mercados?: as instituições no processo de mercantilização da agricultura familiar na microrregião de**

Pitanga, Paraná. 2012. 266 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Cap. 2.

PRAHALAD, C.K **A riqueza na base da pirâmide: erradicando a pobreza com o lucro.** São Paulo: Bookman, 2005.

SCHIOCHET, Walmor. Políticas Públicas. In: CATTANI, Antônio D. et. al. **Dicionário Internacional da Outra Economia.** São Paulo: Almedina, p. 268-272, 2009.

SEN, Amartya. **Development as freedom.** New York: Oxford University Press, 1999.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário.** São Paulo: Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2004.

SINGER, Paul. **Economia Solidária.** São Paulo: USP, 2007. (Estudos Avançados)

SOUZA, Herbert. **Escritos indignados: democracia x neoliberalismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Base, 1991.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SOUZA, Patrícia. **“Um projeto chama outro”:** projetos sociais para jovens, relações pessoais e trajetórias de militância em favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPGA/UFF, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/616Wgt>>. Acesso em 08 nov. 2017.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão de ONGs, principais funções gerenciais.** 5.ed. São Paulo: FGV, 2001.